



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS  
HUMANOS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL

SIMONE CRISTALINO VELOSO

Encrespar é resistir: A ideologia do branqueamento e seus reflexos na estética das  
mulheres negras

BRASÍLIA  
2015

SIMONE CRISTALINO VELOSO

Encrespar é resistir: A ideologia do branqueamento e seus reflexos na estética das  
mulheres negras

Monografia apresentada à comissão  
examinadora do Instituto de Psicologia da  
Universidade de Brasília – UnB como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Educação em e para os  
direitos humanos no contexto da diversidade  
cultural.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>Edna Rodrigues Barroso

BRASÍLIA  
2015

SIMONE CRISTALINO VELOSO

Encrespar é resistir: A ideologia do branqueamento e seus reflexos na estética das  
mulheres negras

Monografia apresentada à comissão  
examinadora do Instituto de Psicologia da  
Universidade de Brasília – UnB como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Educação em e para os  
direitos humanos no contexto da diversidade  
cultural.

Defendida e aprovada em: 11 de novembro de 2015

Comissão examinadora composta pelos professores:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Rodrigues Barroso – Presidente da banca  
Instituição XXXX

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane Farias Chagas Ferreira – Examinadora Interna  
(Universidade de Brasília)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Sílvia Lúcia Soares – Presidente  
Instituição XXXX

Dedico este trabalho aos meus pais  
pelo apoio constante e incondicional  
em minha jornada pessoal e profissional.  
Meu agradecimento e amor, eterno amor!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus em primeiro lugar e acima de todas as coisas, minha rocha eterna.

Agradeço de forma especial, a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Rodrigues Barroso, pela disponibilidade, dedicação e competência ao me conduzir até o final dessa trajetória. Pois fora de uma solicitude inigualável. Um apoio necessário e de suma importância para o alcance do meu sucesso.

Ao meu lindo e querido marido, Luciano Rodrigues, pela força permanente que dispensa a mim.

A todos, meu super obrigada.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os impactos oriundos da Ideologia do Branqueamento em nossa sociedade, a qual a escola faz parte e assim, perceber seus prejuízos, que transformados em estereótipos negativos, preconceitos e discriminações, atingem e interferem na estética da mulher negra e certamente também, na formação da identidade de nossas estudantes adolescentes. Focalizamos especialmente neste trabalho, a questão do cabelo, pois é das características negróides um dos pontos mais visados pelo olhar racista da sociedade. Usamos a pesquisa qualitativa para a realização deste trabalho, já que através desta metodologia é possível uma maior interação entre pesquisado e pesquisador, intentando uma observação mais apurada dos fatos. A pesquisa foi realizada em Ceilândia, cidade da periferia do Plano Piloto. Foram feitos três encontros/momentos em duas diferentes escolas desta região administrativa. Uma escola de Ensino Fundamental e uma escola de Ensino Médio, através de rodas de diálogo e reflexões. Usamos tal método, para analisarmos entre as alunas, como suas trajetórias escolares contribuem para a construção de suas identidades e como as temáticas raciais e de gênero, presentes no currículo da rede pública, são trabalhadas nos PPP das escolas, e como incidem em seus comportamentos, para que possamos pensar conjuntamente em como tornar a escola um espaço de convivência digna e pacífica para todas e todos. E que através de um debate constante, todas as diferenças, peculiares à sociedade, possam ser aceitas e respeitadas. Que as meninas negras possam se sentir acolhidas, empoderadas e seguras em seu pertencimento racial. Situação que muito solicitará de todas e todos nós, pois é possível depreender das análises empreendidas neste trabalho, que tal tema, não se esgotará facilmente, pois o ranço racial ainda é bastante incrustado em nossa sociedade e que muito ainda teremos que “lutar” para debelá-lo de nossas relações.

Palavras-chave: Étnico-racial. Negro. Cabelo. Crespo

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEF	Centro de Ensino Fundamental
CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CEM	Centro de Ensino Médio
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Crec	Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Pnad	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
UCB	Universidade Católica de Brasília
UnB	Universidade de Brasília

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEF	Centro de Ensino Fundamental
CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CEM	Centro de Ensino Médio
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Crec	Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
UCB	Universidade Católica de Brasília
UnB	Universidade de Brasília



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
1.1	Justificativa.....	12
1.2	Objetivos .....	14
1.2.1	Geral.....	14
1.2.2	Específicos .....	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1	Breve história do negro brasileiro.....	15
2.2	Racismo, discriminação, estereótipo.....	18
2.3	Ideologia do branqueamento.....	22
2.4	A ideologia do branqueamento e seus efeitos na estética da mulher negra	25
2.5	Educação para as relações étnico-raciais.....	33
3	METODOLOGIA .....	37
3.1	Cenários da pesquisa.....	37
3.2	Participantes da pesquisa .....	39
3.3	Procedimentos de coleta de dados .....	40
3.3.1	1º Encontro/momento de reflexão e discussão.....	41
3.3.2	2ª Encontro/momento de reflexão e discussão.....	41
3.3.3	3ª Encontro/momento de reflexão e discussão.....	41
3.4	Apresentação dos Encontros .....	42
4	ANÁLISE DE DADOS .....	46
4.1	Análise das questões do questionário.....	47
4.2	Análise do 2º e 3º encontro/momento de reflexão e discussão.....	61
4.3	Levantamento de expressões relacionados ao cabelo.....	64
4.4	Avaliação.....	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	67
	REFERÊNCIAS.....	71
	ANEXOS .....	73

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, por muitos anos, se dizia uma sociedade racialmente democrática. De onde se acreditou que as raças formadoras da sociedade conviviam harmonicamente sem problemas e de forma igualitária. Podemos avaliar que esta é uma situação falaciosa, já que fatos históricos e atuais comprovam a forte presença do racismo e disparidades sociais em nosso meio. E levando em consideração que somos, fora da África, o país com a segunda maior população negra do mundo, visto que o primeiro é a Nigéria, conforme nos informa Eliane Cavalleiro (ROMÃO, 2005). E, mesmo diante da grandeza dessa população, constatarmos que ainda hoje temos significativas desigualdades que afetam diretamente a população negra sob variados aspectos: econômicos, sociais, educacionais, entre outros.

Os problemas raciais no Brasil têm raízes profundas e motivações várias, mas sempre com o intuito de fortalecer a ideia de uma supremacia racial entre grupos étnicos.

No Brasil, desde a chegada dos primeiros negros escravizados no século XVI, estes receberam tratamentos desumanos. Eram submetidos a castigos físicos e psicológicos (entre outros abusos, eram separados de seus familiares), eram coisificados, e como tal podiam ser vendidos, trocados, emprestados, alugados, hipotecados, aviltados, enfim. Eram impedidos de manifestarem suas crenças e cultura. As mulheres eram, constantemente, vítimas de estupros. Idosos e crianças valiam ainda menos que adultos (MELO; BRAGA, 2010). Esta situação desumanizadora durou até o fim do período escravocrata. E após a abolição em 1888, ganhou outros moldes – pois não existiram políticas de amparo e inserção dos ex-escravos ao novo sistema econômico que garantisse sua subsistência, cidadania e reumanização. O abandono foi a tônica da nova situação.

Socialmente, as desigualdades geradas pelo racismo são incontestáveis: violência, criminalidade e aprisionamento tem maior incidência contra os negros (Ver IPEA/2010); invisibilidade da pessoa negra em espaços de poder e midiáticos (ARAÚJO, 2010), menor rendimento e evasão escolar; etc. Estes são apenas alguns dos muitos exemplos que ilustram a situação que ainda hoje persistem no Brasil, ainda que se considerem os avanços das últimas décadas.

Embora o racismo não seja uma particularidade brasileira, segundo Hofbauer (2006), o racismo aqui possui certas características próprias que o diferencia das

formas de discriminação e de exclusão conhecidas dos estados Unidos, da África do Sul e dos racismos europeus históricos (por exemplo, o nazismo) e atuais:

Nosso preconceito racial atém-se mais às aparências, as marcas fenotípicas, quanto mais traços físicos de negros mais problemas, diferente do preconceito racial de origem, norte-americano, em que uma gota de sangue negro é fator de exclusão, independente da pessoa ter mais traços brancos do que negros (NOGUEIRA, 1979, p. 77)

A estética também precisava ser abordada. Afinal, a “fatalidade capilar” – termo usado por Monteiro Lobato em sua obra *O choque das raças ou o presidente negro* de 1926 – deveria ser combatida através dos alisamentos e também do clareamento da pele:

A ideologia do branqueamento estético foi um fetiche eficaz na alienação do negro. Oficializou a brancura como padrão de beleza e a negritude como padrão de fealdade. Representou um entrave para a formação positiva da autoestima do negro, pois este passou a alimentar um certo autodesprezo. Em 1925, um jornal da imprensa negra noticiava a promoção de um concurso para eleger o preto mais feio. Ora, na ausência de modelos positivos em que pudesse se espelhar, alguns negros recusavam sua natureza, desembocando, muitas vezes, em crise de identidade étnica. Daí a descaracterização fenotípica, isto é, a busca pela supressão dos traços raciais afro. (DOMINGUES, 2004, p. 292)

Das desastrosas consequências deste projeto, cabe investigar, para quem sabe, podermos compreender, os danos causados por ele - como a perda de identidade e a baixa autoestima da população negra. Estes preconceitos, sobrepostos a outros tão próprios de nossa sociedade, que além de racista é também machista, acarretam traumas maiores em mulheres negras em comparação aos homens.

É relevante aqui apontarmos as questões de gênero para compreendermos suas assimetrias tão naturalizadas na cultura de nossa sociedade. Onde a partir de sua determinação biológica, determinados papéis já lhe são atribuídos. Por exemplo, existe cor de mulher, cor de homem, brinquedo de mulher, brinquedo de homem, profissão de mulher, profissão de homem. E que buscam atribuir todas as diferenças e desigualdades a aspectos puramente biológicos em detrimento ao aprendizado próprio do contexto histórico, cultural e social a que se encontra inserido cada uma/um.

As diferenças estabelecidas como masculinas e femininas atribuem também uma hierarquia entre os gêneros, onde o feminino é sempre inferiorizado. Ideias como,

a mulher é frágil, delicada e mais afeita aos serviços domésticos, foi construída nos padrões impostos por uma sociedade patriarcal, e hoje precisamos romper com tais padrões.

O mundo, a sociedade gira a pleno vapor e as mudanças de visões e posturas são uma exigência que se impõe.

E mais, se há uma estratificação óbvia entre homens e mulheres na sociedade, que inferioriza o papel da mulher, quando se coloca tal fato paralelo à questão racial, a mulher negra tem uma situação ainda pior a exemplo do que apresenta uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): as mulheres negras ganham até 70% menos que os homens brancos no exercício da mesma função; têm 25% menos chance de chegar aos 75 anos do que mulheres brancas. (ROHDEN, 2009, p. 223).

O fato é que todas essas diferenças desvelam discriminações que se apresentam de maneiras variadas como vimos comumente nos padrões estéticos estabelecidos em nossas mídias e que não contemplam a diversidade e a pluralidade presentes no território brasileiro. A situação torna-se mais cruel, no caso da população negra, visto ser a maioria e a menos representada em revistas, TVs, cinemas e outros veículos de comunicação e publicidade.

Portanto desde que desvelado, pelas redes sociais, o caráter racista presente em nosso meio, uma questão precisa ser posta: como fortalecer a autoestima da mulher negra e seu sentimento de pertença racial, construindo uma identidade de orgulho racial e consciência de que a negritude não é nenhuma tragédia genética.

Em nossa atuação como profissionais da educação, levar o debate para os espaços escolares é um dever que se impõe, inclusive apoiados pela Lei 10.639/2003 que obriga a todos ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

Assim cabe a nós, professoras/es lançarmos mão das diversas possibilidades de ação para introduzir o assunto. Em alguns casos, fazendo uso de situações presentes no cotidiano escolar, como as diversas discriminações encontradas.

Hoje, por meio da atuação maciça de muitos grupos, as redes sociais trazem verdadeiros movimentos que buscam resgatar a possibilidade de as mulheres fazerem uso de seus cabelos crespos naturais, a despeito de toda publicidade e influências contrárias propagadas pela mídia em geral.

No dia 26 de julho de 2015, em São Paulo, aconteceu a 1ª Marcha do Orgulho Crespo, em comemoração ao Dia da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha, celebrado no dia 25 de julho. Após a marcha, diversas atividades que envolveram cabelos, identidade e representatividade, aconteceram no espaço – Casa Amarela (Rua da Consolação). Foram oficinas de tranças, turbantes, maquiagem e dança, projeção de filmes sobre cabelo afro, desfile de crespas e crespos, entre outros. Estas manifestações acompanhadas de estudos, reflexões, debates e ações junto aos nossos estudantes pode ser para elas/es alentador. Por mostrar um pouco da riqueza da nossa diversidade e por se virem representados, podendo então promover uma aceitação de si.

Afinal, meu cabelo é um problema?

### **1.1 Justificativa**

Há algum tempo, a mídia e as redes sociais vêm apresentando de uma maneira ilustrativa as atitudes racistas de nossa sociedade. Tal fato inflige a nós, agentes da educação, um dever ininterrupto de buscarmos preparação, através de estudos e pesquisas, para a assunção de uma postura crítica e uma visão ampla para a percepção das diversas diferenças presentes nos espaços sociais, e em especial, as que ocorrem na escola. Tendo como objetivo fazer desse espaço um lugar de convivência digna e pacífica para todas/os.

A escola deve ser um ambiente de reflexão, onde se possa analisar como foi construída historicamente a ideia errônea de que o negro é um ser inferior, na perspectiva de que seja esse um mau a ser debelado. Os fatos atuais mostram a urgência com que este problema deve ser encarado, a exemplo do caso da menina Lorena, 12 anos, em São Paulo, em maio de 2015, que foi altamente hostilizada por seus colegas de escola através de mensagens no *whatsapp*, coisas como: “sua preta, testa de bater bife do cara...”, “você vai ficar neste grupo até chorar”, “cabelo de movediço, cabelo de miojo, cabelo de macarrão.” O caso da jornalista Maria Júlia Coutinho, o caso de jogadores de futebol. Também é representativo o caso de um aluno em uma escola de ensino médio da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, em que os colegas de classe fizeram uma montagem com sua foto e a foto de um macaco. Colocaram as imagens lado a lado, de maneira a compará-lo com o animal. Enfim, exemplos não faltam.

Portanto, é elementar tratar o assunto com o intuito de desconstruir preconceitos e reconstruir novas maneiras de pensar e de agir, de forma que contribuam, efetivamente, para uma sociedade inclusiva, onde todas/os tenham seu espaço. Por isso, a importância de conhecer e/ou reconhecer os males causados pelo racismo.

Discutir esses assuntos no espaço escolar é contribuir para que, na prática pedagógica, as diversas raças/etnias presentes em nosso meio possam, de fato, se ver representadas.

Hoje, porque faço parte de uma Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Diversidade, dentro da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), compreendo ainda mais a necessidade de trazer mediações que busquem solucionar problemas das diversas ordens, que dizem respeito à temática dos direitos humanos e da diversidade, para que o respeito à dignidade das pessoas seja uma realidade e não apenas um sonho distante.

Entrei na SEEDF em 2003 como professora de filosofia e sempre busquei levar para a minha prática os temas pertinentes aos direitos humanos e a diversidade, pois já eram contemplados no currículo da disciplina e ainda porque entendo que não há como conceber educação sem a promoção da inclusão e igualdade.

A temática racial negra sempre esteve presente nas minhas ações, pois minhas alunas negras tinham em mim um referencial. Me impondo assim, o dever de tratar efetivamente tais questões e me dando visibilidade junto aos meus pares. O que me proporcionou a chance de, uma das profissionais que comigo esteve em uma das escolas que passei, me indicar para compor a coordenação da qual faço parte hoje. E onde desempenho com dedicação e grande prazer as atividades inerentes ao cargo.

As temáticas presentes em direitos humanos e diversidade, me são caras também porque estão diretamente atreladas à justiça social, sonho que deveria ser comum a todas/os que desejam e trabalham por um mundo melhor, mais humanizado.

A questão racial é uma situação que me salta aos olhos, sempre! Pois faz algum tempo que descobriu-se que a diferença genética entre os diferentes grupos étnicos existentes é muito pequena para justificar o subjugo a que determinadas raças foram submetidas. Mas ainda assim, as pessoas se ocupam de depreciar uma as outras em nome de uma suposta superioridade racial.

Considerando no panorama de nossa sociedade, também o problema de gênero, que estabelece consideráveis diferenças no tratamento entre homens e

mulheres. Pretendo aqui me debruçar na questão da estética racial da mulher negra, sufocada por padrões estabelecidos por uma sociedade, machista, patriarcal e eurocêntrica, que impõe um padrão de belo distante do alcance da maioria das pessoas dentro da nossa sociedade.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Geral**

Analisar os impactos acarretados pela ideologia do branqueamento, especialmente em mulheres negras do Brasil contemporâneo, focalizando seus reflexos na construção de suas identidades.

### **1.2.2 Específicos**

Investigar entre as alunas negras, como as suas trajetórias escolares contribuíram para a construção de suas identidades, especialmente no que tange aos cabelos;

Focalizar quais são as representações entre corpo negro feminino e cabelos mais presentes na escola pública;

Examinar se as temáticas raciais e de gênero têm destaque na organização curricular e/ou no projeto político pedagógico da escola.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Breve história do negro brasileiro

A formação do povo negro no Brasil está diretamente ligada aos africanos que foram trazidos da África à partir do século XVI, de maneira forçada, para desempenharem variados trabalhos através da escravização.

Os escravizados eram sequestrados em diversas partes do continente africano e trazidos em condições desumanas em porões de navios, chamados navios negreiros ou tumbeiros, pela alta taxa de mortalidade ocorridas na nefasta viagem de travessia do Atlântico como indica Albuquerque e Fraga Filho (2006).

O massacre era contundente. A pouca ingestão de água durante a viagem geralmente provocava disenteria e desidratação. Além da fome e a sede, havia o sofrimento por ter deixado para trás seus entes queridos, com pouca chance de voltar a revê-los. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Homens, mulheres e crianças de várias idades eram amontoados nos porões dos navios negreiros, sem mínimas condições de sobrevivência. Viajavam dois, três meses, tendo no final uma baixa por mortes de alguns e invalidez de tantos outros, por doenças graves ou outros motivos genéricos, todos por doenças graves ou outros motivos genéricos, todos contabilizados como possíveis perdas para os projetos daqueles que exerciam o tráfico, coerente com a ideia de que transportavam objetos, coisas, cargas, que se estragados deveriam, ser jogados ao mar, principalmente nas épocas em que ocorreram contenções do tráfico para evitar as repressões da fiscalização nos portos. (ANDRÉ, 2008, p.34)

Após a longa e tenebrosa viagem os sobreviventes desembarcavam nos portos do Brasil, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís – eram os grandes portos importadores e redistribuidores de escravos como nos informa os já citados autores acima.

Devido aos rigores da travessia, os africanos chegavam quase invariavelmente magros e debilitados, com feridas na pele, brotoejas e sarna. As crianças geralmente apresentavam barrigas inchadas em consequência de vermes e de desnutrição. Quando a epidemia de oftalmia, uma inflamação dos olhos, disseminava-se a bordo, era comum os vendedores puxarem pela corda extensas filas de escravos quase ou completamente cegos, amarrados e tropeçando uns nos outros até os armazéns. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).



As taxas de mortalidades dos que aqui desembarcavam eram altas em virtude de chegarem debilitados e com baixa imunidade para se defenderem das moléstias próprias do novo ambiente, como colocado pelos autores supracitados.

Como consta da história, o massacre e a opressão fazem parte da trajetória do povo negro desde muito tempo. Na travessia, no desembarque, na sua permanência como escravizados e na ininterrupta luta contra as desigualdades que ainda perduram em diversos âmbitos. “Os negros brasileiros não esperaram passivamente pela sua libertação”. (Antes da Lei Áurea. Liberdade conquistada, 2005).

Muitos movimentos e líderes colaboraram para que a escravidão fosse posta a termo. E, claro, questões de ordem socioeconômica em nível mundial e local, visto que as mudanças estruturais moviam e movem o mundo:

O colapso da escravidão resultou economicamente de três movimentos conjugados: a) o fim da primeira Revolução industrial (1760-1840) e o começo da chamada segunda Revolução Industrial (1180-1920); b) a queda do custo de reprodução do homem branco na Europa(1760-1860), em razão do impacto sanitário e farmacológico da Revolução Industrial; c) o crescente custo do escravo negro africano, devido crescente custo de reprodução dos negros na África. Assim, o homem branco tornou-se, sob a forma de assalariado, mais barato que o escravo negro. Conseqüentemente, era possível substituir mesmo na periferia o trabalho escravo pelo trabalho livre e embolsar o ganho adicional. Finalmente, a eliminação dos escravos traria o benefício de expandir o mercado comprador de bens industriais na periferia do sistema. Portanto, as condições que tornam o abolicionismo atraente existiam fora dele, sob a forma de interesses econômicos. (DOMINGUES, 2004, p. 10)

Mas somente em 13 de maio de 1888, os negros puderam festejar a liberdade com a assinatura da Lei Áurea:

A Lei Áurea foi assinada no rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888. Era domingo. Ao receber a notícia em são Paulo, o povo saiu às ruas. A felicidade dos negros era extasiante. Nas fazendas, eles organizaram batuques; nas cidades, se somaram aos milhares de pessoas que, em júbilo, festejavam dia e noite a abolição da escravatura. (DOMINGUES, 2004, p. 203)

Conforme Albuquerque (2006), apesar das muitas comemorações ocorridas após a notícia da abolição e das manifestações populares que se seguiram, demonstrando de alguma forma a amplitude social dos movimentos em favor do fim da escravidão, o pós-abolição não representou a plena liberdade que se pensava. Os

ex-escravos logo viram que a liberdade estava condicionada à própria subsistência. Coisa que não aconteceu, já que a promulgação da lei Áurea não propiciou também o mínimo: condição de acesso à terra e à educação.

A política de desamparo social ocorrida no pós-abolição originou “condições desumanas de moradia, doenças, desemprego, alcoolismo, abandono de menores e velhos, mendicância, subnutrição, criminalidade e mortalidade infantil” (DOMINGUES, 2004, p. 270).

Apreende-se de tais informações que a liberdade “tão sonhada” não foi suficiente para dirimir os conflitos raciais causados pela escravidão, que são muitos e variados, como “é comum ouvir-se dos movimentos negros que a princesa Isabel assinou a lei Áurea, mas se esqueceu de assinar a carteira de trabalho.” (SANTOS, 2008, p. 90).

Ao contrário, o que se viu foi a substituição da mão-de-obra negra pelos trabalhadores imigrantes europeus (que em sua absoluta maioria também chegava em condição precarizada). Ou seja, o governo não amparou devidamente nenhum dos grupos, mas foi especialmente cruel com os ex-escravos:

Os imigrantes europeus substituíram os negros praticamente em todas as atividades importantes. Tomaram-lhes os empregos, os postos de trabalho, as ruas, os bairros em que viviam e impediram a sua presença na escola, na oficina e na fábrica. (DOMINGUES, 2004, p. 11)

Assim, a grosso modo, podemos dizer que a situação criada naquela época tem consequências até aos dias atuais. Como disseram Hélio Turco, Jurandir e Alvinho em samba-enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira no ano de 1998 em homenagem ao centenário da abolição:

Será que já raiou a liberdade  
 Ou se foi tudo ilusão  
 Será, que a Lei Áurea tão sonhada  
 Há tanto tempo assinada  
 Não foi o fim da escravidão  
 Hoje dentro da realidade, onde está a liberdade?  
 Onde está que ninguém viu?  
 ...  
 Livre do açoite da senzala  
 Preso na miséria da favela.

Por tudo isso é que como dito pelos autores “a palavra de ordem é a igualdade de oportunidade.” Pois seria essa a forma de se efetivar a inclusão social, antiga demanda do povo negro.

Ao falarmos da trajetória do povo negro no Brasil, não podemos deixar de falar sobre as contribuições oriundas dos africanos e dos afrodescendentes. Por vezes, a história dá relevo apenas às mazelas e esquece de olhar o quanto os povos negros construíram o país em todos os aspectos.

A presença africana em nossa sociedade pode ser encontrada por toda parte através de um legado que muito contribui para nossa riqueza cultural. A exemplo da língua: borocoxô, caçula, cafuné, camundongo. Da culinária: acarajé, quiabo, azeite-de-dendê. Da música e seus muitos instrumentos de percussão: agogô, atabaque, adufe, ganzá. Da religiosidade: candomblé, umbanda, terecô, catimbó. Das manifestações culturais: capoeira, congadas, tambor de crioula. Uma riqueza cultural significativa que marca, de forma indelével, sua presença em nossa história.

## **2.2 Racismo, discriminação, estereótipo**

As ações que se proponham a combater o racismo em nossas escolas perpassa diretamente pela formação do professor, pois é necessário fomentar nestes uma profunda reflexão sobre valores e concepções relativas à cultura negra, garantindo que esta não esteja imbuída de estereótipos e preconceitos que venham a ser reproduzidos em sala de aula. Mas que sejam pensados criticamente para promover possíveis mudanças:

Esse assunto pertence a todos: o racismo tem que entrar na nossa pauta diária. Precisa ser tratado em palavras na mesma medida em que acontece em ação. Quero dizer que esse é um tema grave e todo mundo, *de qualquer origem*, deve entrar na conversa. É complicado, eu reconheço, porque fomos criados acreditando que vivemos numa democracia racial, quando é assustador concluir que não é bem assim. E a nossa linguagem está apinhada de expressões que revelam nosso pensamento em relação ao tema. (LUCINDA, 2010, p. 117).

Assim, apreendemos a necessidade do debate sobre questões raciais fazer parte do cotidiano escolar, por ser este um espaço de construção, desconstrução e mudanças.

Conforme Gomes (2005), racismo pode ser definido como:

Por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52)

E ainda segundo a mesma autora, as práticas discriminatórias se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados espaços sociais, na falta de referências positivas na história do povo negro no Brasil e pela mídia que insiste em retratar de forma equivocada este grupo.

Ainda a pesquisadora nos informa a diferença existente entre preconceito racial e discriminação racial. O preconceito seria o julgamento negativo e antecipado dos membros de um determinado grupo, seja pela sua pertença racial, étnica ou religiosa. Diz respeito a um conceito ou opinião formado previamente, sem uma análise aprofundada da questão. Já a discriminação racial seria a efetivação do preconceito, ou seja, a prática ou ação que concretiza o ato de diferenciar o outro pela pertença racial, como exemplo, impedir o acesso em determinado espaço de uma pessoas por causa de sua cor.

A pesquisadora Rocha (2007) diz que racismo é a estrutura de poder com base em uma ideologia que propõe a existência de raças superiores e inferiores. E aparece na forma legal, institucional e por meio de práticas sociais. E promove, de alguma forma, a exclusão do negro em determinados espaços. De modo geral, entende-se como racismo o tratamento desigual entre as pessoas, baseando-se apenas em uma suposta superioridade racial.

Temos em Bento (2006) um modo bastante próximo de definir o racismo, ao propor uma fórmula básica:

- Portadores de pele escura (os negros e os não-europeus) = raça inferior;
- Portadores de pele alva (os brancos) = raça superior.

E o autor em questão ainda estabelece características peculiares a esta raça inferior – o negro seria então: “preguiçoso, indolente, caprichoso, sensual, incapaz de raciocinar. Enquanto o branco: seria empreendedor, disciplinado, inteligente. E, por serem superiores, teriam “o direito “de explorar os inferiores.

Em Domingues (2004) encontramos que, para os imigrantes o negro era tido como um ser “primitivo, bárbaro, selvagem, que ainda não tinha atingido o estágio de

desenvolvimento civilizatório.” Para eles o negro seria: “anti-higiênico, animalesco, violento, imoral, promíscuo, irresponsável e débil”, ou seja, “negro não era gente” (DOMINGUES ,2004, p. 190).

No Brasil, o chamado “mito da democracia racial” impõe uma dificuldade a mais na compreensão do problema racial, pois muitos ainda acreditam nessa falácia. Podemos considerar falacioso o discurso da democracia racial já que, mesmo sem existir leis de segregação racial no Brasil, sabemos que, comumente, práticas explícitas de discriminação racial se fazem presente em nossa sociedade, além de existir uma exclusão sistemática dos negros em espaços de poder, midiáticos, culturais e outros conforme colocado por Rocha (2007). Também, Gomes (2005) nos mostra que a história da democracia racial sedimenta-se sobre a ideologia que busca negar a desigualdade entre brancos e negros no país como fruto direto do racismo, procurando mostrar que sempre existiu uma suposta igualdade de oportunidade e de tratamento.

Ou seja, o que a pesquisadora relata é que o mito da democracia racial tem uma dupla face: por um lado, contesta a discriminação racial contra negros no Brasil. E, por outro lado, reitera estereótipos, preconceitos e discriminações historicamente construídos em relação aos povos negros. Assim:

Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio racial, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais. (GOMES, 2005, p.57).

Falamos em racismo e discriminação. Agora vamos tocar nos estereótipos. Os estereótipos para serem debelados precisam ser conceitualmente compreendidos pelos agentes da educação. Mas primeiro seria importante entendê-los. Então, estereótipo seria “uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas.” (SHESTAKOV, 1997 *apud* SANT’ANA, 2004, p. 57. In: MUNANGA). Também é possível mencionar outra definição: estereótipo “é uma generalização

apressada: toma-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo” (BERND, 1988, p. 11).

Segundo Rocha (2007), podemos ainda considerar o preconceito racial como um conjunto de valores e crenças carregados de opiniões negativas a respeito de um grupo alimentadas por outro, com base em informações incorretas e incompletas, próprias do senso comum. Forma mais comum e mais frequente de expressar o racismo na sociedade.

Precisamos compreender ainda que os preconceitos raciais estão imbuídos de estereótipos que são, como dito por Bento (2006), uma espécie de carimbo, a partir do qual a pessoa é sempre vista com uma marca/problema, ainda que esta não represente o que de fato esta pessoa é. Porém, sempre que alguém falar dessa pessoa, imediatamente tal marca/problema é associada a ela. Essa imagem negativa é o estereótipo. Tais questões ratificam a necessidade de conhecermos melhor nossa história para que não sejamos reprodutores destas visões distorcidas da população brasileira, tão diversificada.

Já a questão da invisibilidade racial negra, mencionada aqui inclusive nas mídias e nas políticas públicas. Podemos, como exemplo, citar um estudo sobre a televisão. Seria o que Araújo (2010, p. 17) questiona: o que fazer com a imagem do negro? É um mal-estar civilizatório particular que ronda a cultura brasileira. Há muito desejando apagar essa mancha de vergonha em nossa história, a invisibilidade se torna eficaz.

Os teóricos do branqueamento faziam um retrato de si mesmos e do país como brancos. Tentavam, de todas as maneiras, passar uma borracha nos traços da presença afro-negra. A invisibilidade adquiriu contornos de política oficial do estado. Nos censos de 1900 e 1920 não foi incluído o item cor da população, fato esse comemorado por João Ribeiro no artigo Brancos de toda cor: “O nosso governo, é sabido desde há muitos anos, riscou (e fez bem em riscar) das listas de recenseamento o estigma da cor. Ninguém mais é preto nem pardo: são todos brancos”. (DOMINGUES, 2004, p. 262)

Compreender tais conceitos possibilitará reflexões que induzam a novas práticas no espaço escolar, livres de estereótipos e reprodução de preconceitos. Acreditamos que o conhecimento será capaz de fomentar discussões e debates que permitam uma mudança de ótica, ainda que não possa de maneira isolada resolver o problema do racismo.

Não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. (MUNANGA, 2001, p. 11)

Munanga (2001) diz ainda que não existem fórmulas e receitas antirracistas prontas, mas deve-se estimular a imaginação criativa para inventá-las.

### 2.3 Ideologia do branqueamento

O racismo que respalda a opressão vivenciada pelo povo negro tem muitos tentáculos, mas sem dúvida, no Brasil, a ideologia do branqueamento com suas várias estratégias deixou o seu legado.

Os fundamentos dessa ideologia racial foram elaborados pela elite brasileira, a partir do século XIX e meados do século XX, tendo como um dos princípios, ainda que não declaradamente, dividir negros e mestiços, pela alienação dos processos de identidade ambos. (HANSENBALG, 1998 *apud* ANDRÉ, 2008, p. 120)

Conforme afirma André (2008), O projeto do branqueamento não logrou êxito em sua questão básica, o embranquecimento físico da população. Mas cabe, como ela propõe, refletirmos se acaso, não efetivou êxito embranquecendo as mentes brasileiras: psicológica, intelectual e socialmente?

Para Domingues (2004) o branqueamento social teve um importante papel na limpeza étnica que a ideologia intentava. E os efeitos disso, são concretizados em forma de injustiças e desigualdades raciais.

Outro aspecto a ser mencionado aqui é a acusação habitual propalada pelo senso comum de que o próprio negro é racista. Fato este que deve ser analisado sob a luz dos traumas psicológicos que o racismo desencadeia. Se, como posto por André (2008), o branqueamento ocorreu no campo psicológico, a autorrejeição seria a confirmação do negar a si mesmo para não fazer parte de um grupo rejeitado na sociedade:

Há uma devastação psicológica entre pretos que corre por conta de séculos de imposição de padrões de beleza europeus. (...) a feiura do negro é também a feiura interior que a Igreja atestou ao teorizar que o negro não tinha alma, ideia calcada na ideologia europeia, desmerecendo a cor da pele e os traços físicos dos escravos, bem

como suas manifestações culturais e artísticas. (FRENETE, 2000 *apud* ANDRÉ, 2008, p.128)

E mais, a autorrejeição também se explica porque declarar-se negro no Brasil é assumir para si um conjunto de estereótipos que já estão postos em nossa sociedade, como mencionado pelo historiador Antônio Cosme no documentário sobre estética e cabelos afros: *Espelho, espelho meu*, dirigido por Jaqueline Barreto: “se você o tempo todo ouve que tem coisas ruins no seu corpo. Se você tem cabelo ruim, narigão, bundão, bocão, tudo desproporcional, conforme a ideologia da colonização – como ter autoestima?” Tais caracterizações acarretam uma baixa estima por desqualificar e desvalorizar a pessoa atingida, ratificando o racismo, explica André (2008).

A negação apontada então seria uma forma de autodefesa. Algo como: Eu não serei essa excrescência da natureza! Assim, a autonegação. Portanto, não seria difícil a pessoa negra assimilar a lógica do branqueamento como solução para seu problema – o de ser negro. Inclusive porque a construção identitária do negro é pautada por conceitos que negam a sua condição de humano, de valoroso, de bom. E tudo isso o leva a ser visto como indigno, feio, malandro. Ratificando a ideia de um ser desprezível e deslocado espacialmente – sem lugar na sociedade. E se nenhuma identidade é construída no isolamento como posto por Gomes (2002) - a visão negativa da sociedade sobre esse sujeito incide diretamente no olhar que este tem de si, forjando nele um caráter de autorrejeição. Afinal, a carga sempre foi bastante pesada:

Um dicionário enciclopédico da língua portuguesa que circulou no Brasil antes da abolição da escravatura, de autoria de Araújo Correia Lacerda e José Maria de Almeida, definia negro como “escravo, preto; que macula, denigre, calunia; horrível, hediondo, medonho, tenebroso, malvado, cruel. (DOMINGUES, 2004, p.7)

O autor supracitado declara ter feito um recorte do romance fictício de *O choque das raças* ou *o presidente negro* de Monteiro Lobato para demonstrar que tal obra é “uma verdadeira catequese do pensamento racial da classe dominante da época, o livro traz subjacente a pergunta: como resolver o problema do negro? “E a resposta é trágica: exterminando-o, por intermédio do branqueamento.” (DOMINGUES, 2004, p. 280).

Nesta obra, Monteiro Lobato propõe que a solução encontrada resolveria o problema da cor, dos cabelos crespos, uma “fatalidade capilar”, como ele chamava e



ainda esterilizar os negros. Seria um antídoto para todas as mazelas. Tal antídoto seria uma fórmula milagrosa:

Os raios Ômega (...) tinham a propriedade miraculosa de modificar o cabelo africano (pois) influíam no folículo e destruíam nele a tendência de dar forma elíptica ao filamento capilar (...). Como é de se supor, imensa foi a repercussão da notícia. Cem milhões de criaturas reviraram para o céu os olhos agradecidos. (LOBATO, 1926 *apud* Domingues, 2004).

Muitas foram as consequências negativas do branqueamento e elas incidiam também nas relações familiares, aponta Domingues (2004). Um aspecto que nos chama a atenção e tem alcance até os dias de hoje é o incentivo dos filhos casarem com pessoas não-negras. A esperança era de melhorar a raça, a de que seus descendentes estivessem livres da herança genética maldita.

O pesquisador nos conta que, no imaginário social, o branqueamento pelo casamento, era (e é) uma forma de ascensão social do negro:

Para uma sociedade de classe com mentalidade racista, o casamento misto, em particular do negro com alguém do segmento branco, representava tanto o aprimoramento da raça quanto a premiação pela vitória conquistada: a mobilidade social. O cônjuge branco simbolizava, de forma combinada, uma melhoria dupla: de raça e de classe social. Já o casamento dentro da própria comunidade étnica era concebido como ameaça. (DOMINGUES, 2004, p. 294).

Conforme vemos, a perversidade subjacente a essa ideologia fundamentou a autorrejeição comum a muitos negros que não superaram os danos introjetados por esse mal. E mais, vemos que esta questão da mobilidade social mediante um casamento com pessoas não negras é mais comum entre homens negros, especialmente aqueles melhor sucedidos financeiramente. O que, evidentemente, tem efeitos sobre a autoimagem e sobre a estética feminina negra.

As frustrações raciais geradas pela ideologia do branqueamento causavam o sentimento de inferioridade no negro. Este chegava ao extremo de pensar que a cor da pele fosse alguma deformação patológica, cuja cura não tinha ainda sido descoberta. (DOMINGUES, 2004, p. 296)

## 2.4 A ideologia do branqueamento e seus efeitos na estética da mulher negra

Segundo Domingues (2004, p. 292), um dos fatores que contribuíram para a alienação do negro foi a ideologia do branqueamento estético. Tal ideologia elegeu a brancura como padrão de beleza e atribuiu à negritude o padrão da fealdade. Com isso, o negro começou a alimentar um certo autodesprezo, visto que teve sua autoestima abalada desde o início de sua formação. Como consequência de tantos desqualificantes a ele atribuídos. Houve um fato marcante: em 1925 um jornal da imprensa negra, *O Clarim da alvorada*, São Paulo, promoveu um concurso para eleger o preto mais feio. Esse concurso indicou que a recusa de sua própria natureza étnica era resultado da ausência de modelos positivos para referenciá-los e isso redundava numa crise de identidade étnica e na descaracterização fenotípica, em muitos casos.

Ainda como colocado pelo mesmo autor citado acima, a carga ideológica do branqueamento se expressava consideravelmente no terreno estético. O modelo branco de beleza, considerado padrão, pautava o comportamento e a atitude de muitos negros assimilados, ou seja, aqueles que abandonavam os valores éticos e estéticos de sua própria cultura. “Anúncios e depoimentos revelam o desejo de muitos negros de eliminar seus traços negroides, a fim de se aproximar aparentemente com os brancos: nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos e cútis clara.” (DOMINGUES, 2004, p.287).

A mídia se fez bastante presente na veiculação das estratégias do projeto branqueador do povo negro. O autor supracitado nos apresenta uma série de anúncios publicitários que valorizam a necessidade e a importância dada ao alisamento capilar, bem como ao clareamento da pele. Alisar os cabelos era uma maneira de adequar os cabelos crespos ao padrão europeu. Vejamos:

Uma invenção maravilhosa! ...

O Cabelisador. Alisa o cabelo mais crespo sem dor.

Uma causa que até agora parecia impossível que constituía o sonho dourado de milhares de pessoas, já é hoje uma realidade irrefutável.

Quem teria jamais imaginado que seria possível alisar o cabelo por mais crespo que fosse, tornando-o comprido e sedoso?

Graças à maravilhosa invenção do nosso “Cabelisador”, consegue-se, em conjunto com duas “Pastas Mágicas”, alisar todo e qualquer cabelo, por muito crespo que seja.

Com o uso deste maravilhoso instrumento, os cabelos não só ficam infalivelmente lisos, mas também mais compridos.

Quem prefere ter uma cabeleira lisa, sedosa e bonita em vez de cabelos curtos e crespos? Qual a pessoa que não quer ser elegante e moderna?

Pois o nosso “CABELISADOR” alisa o cabelo mais crespo sem dor. O alisamento significaria a felicidade do negro, a realização de seu sonho mais profundo, seria a porta de entrada ao mundo “moderno” de pessoas “elegantes”. (DOMINGUES, 2004 p.287).

Tal anúncio ilustra de maneira significativa as nefastas estratégias utilizadas pelo projeto embranquecedor. Inclusive o branqueamento estético não se restringia ao alisamento dos cabelos, atingia também a principal marca definidora de raça no Brasil: a cor da pele. Alguns produtos prometiam a proeza de transformar negro em branco mediante a despigmentação, ou seja, através do “clareamento” da pele:

Atenção, Milagre! Outra grande descoberta deste século é o creme líquido Milagre. Dispensa o uso do pó-de-arroz. Fórmula científica alemã para tratamento da pele. Clareia e amacia a *cútis*. (DOMINGUES, 2004, p.290).

Provavelmente, este seja um dos fatores que tenha originado a disseminada afirmação do senso comum: o próprio negro é racista. Mas a negação da ancestralidade africana deve ser entendida como um mecanismo simbólico de fuga étnica. Pois, combinado à alienação, o recurso do “branqueamento estético” transmitia à subjetividade do negro a sensação de estar cada vez mais parecido com o modelo sancionado como superior. Negar a ancestralidade funciona, então, como uma tentativa de superação da inferioridade que sua cor e seus caracteres físicos representavam ou representam. “Era necessário ser um negro da essência da brancura”, conforme aponta Domingues (2004).

Dos diversos objetivos intentados pelo projeto do branqueamento, o que ocorreu na esfera social teve um importante papel na limpeza étnica que se desejava, pois os negros assimilados negavam tudo que fizesse referência ao *éthos* cultural africano e internalizavam atitudes e comportamentos “positivos” dos brancos, conquistando assim a segunda abolição. Acreditavam que, desta forma, seriam “aceitos” nestes grupos da elite:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo

estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos. (SILVA, 2001, p. 16).

Conforme vimos, muitos foram os resultados da ideologia do branqueamento com alcance contemporâneo. Dentre eles, um aspecto ainda paira na sociedade com grande peso: o olhar para o cabelo crespo. Este ainda não conseguiu sua completa alforria. Veementemente atacado no fervor do projeto do branqueamento, ainda sofre hoje impropérios inacreditáveis.

O peculiar da ideologia do branqueamento foi transformar o discriminado em agente reprodutor do discurso discriminatório, colocando o negro a serviço de uma prática racista... o coroamento do racismo se materializa quando a vítima assume o papel de seu próprio algoz. (DOMINGUES, 2004, p. 294).

Tal situação gera problemas como: não aceitação de sua condição de ser negro e de suas características negroides, incidindo diretamente em um ponto que tem sido fonte de estudos e pesquisas – a questão dos cabelos crespos, especialmente em relação às mulheres.

Nesta pesquisa abordaremos a relação da mulher negra com seus cabelos crespos, por ser este considerado parte de seu corpo a ser visto e avaliado. Provavelmente, de todos os povos, os negros são os que mais têm uma relação particular com seu cabelo, visto que, desde a infância, ela é única, se dá desde o nascimento até a vida adulta. Ou seja, o cabelo faz parte do perfil estético da identidade negra:

Na África os penteados sempre foram carregados de grande simbologia. Os penteados indicavam: status, estado civil, identidade étnica, região geográfica, religião, classe social, status dentro da própria comunidade e até detalhes sobre a vida pessoal do indivíduo. Alguns penteados podiam ser usados para atrair pessoas do outro sexo, isso justifica o fato em que algumas comunidades, as mulheres viúvas andavam com os cabelos despenteados para não despertar o interesse masculino, durante o período de luto. O cabelo despenteado também podia significar que a mulher estava deprimida, “perdido” a moral o ou que era insana. (CLEMENTE, 2010, p. 06).

Em um país cuja diversidade é ampla, podemos considerar também a diversificação dos preconceitos existentes, e afirmar sem titubear que: no que diz respeito aos traços negroides os preconceitos são manifestos e burilados por uma

maldade sem precedentes. E a visão discriminatória voltada para os cabelos crespos, confirma isso.

É claro que a imagem negativa da pessoa negra não passa exclusivamente sobre o item “cabelo”. Outras formas também são consideradas inaceitáveis para muitos no Brasil e pesquisadores têm alertado para a necessidade de desconstruir esta imagem, por isso, os agentes da educação devem ficar atentos, pois: “O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las” (GOMES, 2003, p. 172).

Refletir sobre as questões étnico-raciais é urgente para possibilitar novas posturas, já que o desconforto e a invisibilização em relação a imagem do povo negro é antiga. E deve receber nos dias atuais, um novo olhar.

Desde a década de 1960, movimentos negros nos Estados Unidos da América trabalhavam para criticar, desafiar e mudar o problema do racismo. E estes assinalavam a obsessão dos negros com o cabelo liso como um reflexo de uma mentalidade colonizada, como podemos ver em artigo da professora estadunidense Hooks (2014).

Ela descreve o processo do alisamento como um ritual de passagem da condição de menina para a condição de mulher, seria um momento de intimidade da comunidade negra em um primeiro momento conforme seu olhar. Mas entende depois que, em uma sociedade capitalista e patriarcal, o costume de alisar os cabelos representa um arremedo da aparência do grupo branco dominante e, “com frequência, indica um racismo interiorizado, um ódio a si mesmo que pode ser somado a uma baixa autoestima.”

Passadas as lutas por libertação, a comunidade negra, principalmente as mulheres, passaram a ser consumidoras potenciais de produtos para transformação capilar, aponta a autora. Distanciadas do ritual de formação de positivos na comunidade, o alisamento parecia cada vez mais um elemento da opressão e da exploração de um modelo de vida branca. Era, sem dúvida, um processo de imitação da aparência das mulheres brancas, uma forma de estabelecer a aceitação no mundo dos brancos, dizia Hooks (2014).

Continuando a discussão, a pesquisadora estadunidense menciona ainda que, em discussões sobre a beleza das mulheres negras, elas afirmavam perceber serem

melhor aceitas em entrevistas de empregos quando traziam seus cabelos alisados e dentro da própria família não eram apoiadas a usarem seus cabelos naturais.

É interessante notar que, ainda que a autora esteja tratando da questão dos cabelos crespos em outro país, as situações sejam tão familiares às que encontramos em nossa sociedade.

Ela diz que conversando com grupos de diversas mulheres negras, na comunidade e universitárias, parece existir um “consenso geral sobre a nossa obsessão com o cabelo, que geralmente reflete lutas contínuas com a autoestima e autorrealização” (HOOKS, 2014)<sup>1</sup>.

Hooks (2014) diz que, através de conversas com grupos de mulheres em diversas comunidades e cidades universitárias, nota-se um consenso geral sobre a obstinação em relação aos cabelos crespos. Estes apontam “lutas contínuas “com a autoestima e a auto realização destas mulheres. Para muitas, o cabelo é percebido como inimigo, um problema a resolver.

Evidencia-se também que a maioria não foi criada em ambientes que considerassem tais cabelos como bonitos ou sensuais. Hooks (2014) diz ainda que muitas mulheres relatam que pessoas brancas pedem para tocar seus cabelos e demonstram grande surpresa ao descobrir que a textura é suave ou agradável ao toque.

O olhar para os cabelos crespos parece ter sido padronizado em todos os cantos do mundo como algo indigno. A maneira como ele é visto, como ele é sentido. Parece sempre desenquadrado, fora dos padrões, sempre merecedor de uma alteração. E conforme afirma Hooks (2014), aquelas que já liberaram o seu cabelo, escutam com frequência comentários negativos. A autora evidencia facilmente as dificuldades que as mulheres negras têm de se relacionar com seus cabelos. E alisá-los é uma forma de receber aprovação da sociedade, em particular dos homens, para as mulheres heterossexuais. Ou seja, alisar o cabelo pode ser uma ideia associada a serem desejadas e amadas. Padronizadas.

Poucas mulheres receberam apoio de suas famílias, amigos(as) e parceiros(as) quando decidiam não alisar mais o cabelo. E temos várias histórias para contar sobre os conselhos recebidos de todo o

---

<sup>1</sup> Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Leia a matéria completa em: Alisando o Nosso Cabelo, por Bell Hooks - Geledés <http://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>

mundo, até mesmo de pessoas completamente estranhas, que se sentem gabaritadas para atestar que parecemos mais bonitas se “arrumamos” (alisamos) o cabelo. (HOOKS, 2014).

Também a autora vivencia em sua jornada cotidiana o incômodo causado por seu cabelo “fora de controle e desordenado”, conforme o olhar do outro. Nas conferências que realiza, tem colhido inúmeros argumentos daquelas que não conseguiram a alforria capilar, mas, para ela, a verdade é uma só: o alisamento é um reflexo psicológico da opressão e da colonização racista. E ainda acrescenta mais um elemento importante na discussão, o sexismo, algo que torna ainda mais cruel os efeitos da discriminação:

Juntos racismo e sexismo nos recalcam diariamente pelos meios de comunicação. Todos os tipos de publicidade e cenas cotidianas nos aferem a condição de que não seremos bonitas e atraentes se não mudarmos a nós mesmas, especialmente o nosso cabelo. Não podemos nos resignar se sabemos que a supremacia branca informa e trata de sabotar nossos esforços por construir uma individualidade e uma identidade. (HOOKS, 2014).

A opressão causada pelo racismo, seja onde for, incide diretamente na identidade. Como vemos em Hooks (2014), a autorrejeição redundava em uma busca desenfreada por aprovação, sendo uma constante naqueles que sofrem os efeitos do racismo.

Existe uma luta individual travada no seio da sociedade para aquelas que decidem, contra tudo e contra todos, manter os cabelos em seu estado natural. De fato, como posto pela pesquisadora, mesmo pessoas estranhas se sentem gabaritadas para emitirem suas opiniões, claro, sempre negativas.

Dialogando com o exposto pela estudiosa aqui, trechos de relatos de duas professoras da SEEDF vêm ao encontro para ilustrar as dificuldades relacionadas a questão dos cabelos crespos em nosso cotidiano. Estas professoras participaram diretamente da pesquisa, visto que suas alunas estiveram presentes nos encontros organizados durante o desenvolvimento da pesquisa. Ressalte-se que as professoras autorizaram a transcrição de seus depoimentos e o uso dos seus nomes verdadeiros. Seguem alguns extratos desses depoimentos:

(1) *“Nascer negra em um país racista não é fácil.” [...] “há 20, 30 anos atrás, infelizmente, não havia essa maravilhosa celebração que eu tenho visto surgir em defesa do black”. (...) “O que eu ouvia era: Ah, Gina você é até bonitinha,*

*mas pelo amor de Deus, dê um jeito neste cabelo.” Outros me diziam: “Usando este cabelo você nunca vai se casar, homem nenhum vai achar isso bonito.”*

A professora Gina cedeu, alisou os cabelos e depois de muitas lutas internas, um dia se questionou: “Como ensinar minhas alunas negras a se orgulharem de seus cabelos crespos, se eu aliso o meu cabelo? Sei que sou uma referência para elas e sei que, se as palavras convencem, o exemplo arrasta. E que exemplo eu estaria dando ostentando um cabelo alisado?”

Depois desse processo a professora já havia tido contato com o livro da também professora, Cristiane Sobral, intitulado ‘Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz’. Tal leitura foi libertadora e ela voltou a assumir seus cabelos crespos. Este é um momento que ela descreve como um processo rico de autoconhecimento. Embora diga notar ainda o quanto o preconceito é forte.

(2) *“Sigo com a minha escolha e tendo a consciência de que o racismo, o preconceito e a discriminação vez ou outra se apresentarão. Considero assumir o meu cabelo crespo um ato de coragem, um ato de resistência e, sobretudo, um ato de resgate da minha autoestima. Amo ser quem eu sou, doa a quem doer.”*

Outra professora é justamente Cristiane Sobral, que foi uma referência para a colega Gina e também relata suas experiências com os cabelos.

(3) *“Minha relação com os meus cabelos, na infância foi conflituosa. Minha mãe costumava alisar meus cabelos, como todas as mães, ou quase todas, na época, eu achava estranho, porque doía, incomodava, machucava o couro cabeludo, o pente quente, os alisantes, os bobies apertados. Mas também percebia que quando estava com o cabelo natural era motivo de chacota na rua, era chamada de feia, macaca, de menino até, porque houve um período em que usei o cabelo crespo black, curtinho.”*

(4) *“É muito forte isso, porque agressões ao cabelo agredem todo o nosso corpo, cabelo é corpo.” “Enfrentar o padrão não tem sido fácil” [...] “Estou em paz com meus cabelos, mas tive que percorrer um longo caminho até aqui, a sociedade ainda discrimina demais, cobra demais da mulher negra principalmente, em relação à aparência, e os cabelos naturais ainda são motivo de xingamentos e chacotas.”*

A professora Cristiane transformou sua dor em luta por meio de uma produção cultural, inclusive por uma pequena mostra que se segue:

Preto no Preto



Meu cabelo sem vestígios de lisura incomoda  
Não alisa nem se conforma  
Com os tais padrões não dialogo  
Imponho a minha diferença  
Minha marca de nascença  
Minha identidade

Nasci tatuada com minha cor  
Escorre pelos meus fios  
A história dos meus ancestrais

Autenticidade é peça de antiguidade  
Ficou fora de moda  
Não veste bem  
Seria mais conveniente aceitar os progressos  
De algumas escovas treinadas para resolver os dilemas  
seculares  
De um país que enxerga a própria imagem  
Em um espelho distorcido

Não me iludo com o Brasil das novelas  
Sonho com outras telas  
Meu espelho é preto no preto  
Meu reflexo brilha no escuro  
A iluminar caminhos com escurecimentos necessários

Eu não olho para o chão  
Nem tenho medo da escuridão  
Na escuridão está a vitória  
O mito da democracia racial que anestesia a memória  
Essa ilusão que segue contaminando a história  
Nunca vai me enganar.

E se grande é o preconceito, que muitas sejam as vozes que se manifestam contra ele seja de maneira irônica ou de forma serena, reflexiva:

É um cabelo diferente, mas ele não está errado, não! Pensar assim é intolerância capilar. Desse jeito parece até que o cabelo crespo é o macaco, o primata dos cabelos, que um dia vai evoluir até chegar ao “cabelo sapiens”, que é o cabelo liso. (LUCINDA, 2010, p 119).

Os estereótipos e ataques aos cabelos crespos são antigos, a exemplo de uma descrição feita a um homem negro em um comércio da cidade de São Paulo: “O indivíduo que vende é um preto de carapinha dura, que mais parece uma pasta de lacre negro derramada na cabeça, do que mesmo cabelo. Há qualquer coisa de feiticeiro no olhar do preto. (DOMINGUES, 2004).

Ainda o autor acima, apresenta uma situação de preconceito racial que ocorria nas escolas brasileiras no período de efervescência da ideologia racista do branqueamento:

Teresinha Bernardo faz menção a um colégio feminino em pinheiros cujas alunas negras deviam ter a cabeça raspada, pois “diziam que sangue de preto era quente e, portanto, morada de piolhos e também porque preta não podia perder tempo penteando os cabelos (DOMINGUES, 2004, p??).

Mecanismo eficaz do pensamento racista era produzir estereótipos para ridicularizar o sujeito discriminado, sendo que “as mulheres negras, independentemente da classe social, eram amiúde objeto de chacotas no espaço público da cidade”, como demonstra Domingues (2004, p.161).

Diante de todas essas circunstâncias, podemos perceber os fortes reflexos, desta ideologia racista até os dias atuais e, portanto, se faz premente a necessidade de um trabalho efetivo sobre questões étnico-raciais nas escolas, para a desconstrução de tão nefastos preconceitos e discriminações.

## **2.5 Educação para as relações étnico-raciais**

Por reconhecer que o racismo presente na sociedade brasileira tem reflexos nos sistemas de ensino, a Lei 10.639/2003 alterou a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional para inserir nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-

Brasileira. Este ensino contemplaria o estudo das relações étnico-raciais a fim de propiciar referenciais para a organização de práticas pedagógicas que estimulem, em nossas escolas, uma pedagogia de valorização das culturas Africanas e Afro-brasileiras, da diversidade cultural, étnica, artística, estética e social de povos que contribuíram para a formação da cultura brasileira. A Lei também busca fornecer subsídios para desconstruir os estereótipos comuns relacionados ao desconhecimento do continente Africano, que leva muitos a pensá-lo como um lugar que só tem miséria, doenças, guerras e atraso, vindo assim a compreendê-lo sob uma nova ótica.

Uma das expectativas da lei é que reflexões surjam, criando oportunidades de construção de novas ações e posturas que sejam de respeito à diversidade étnica, de forma que as práticas de preconceitos e discriminações raciais deem lugar a uma convivência mais respeitosa e democrática para todos os envolvidos no processo de educação.

A Lei 10.639/2003 tem um alcance nacional, sendo que estados e municípios devem se organizar para que seus sistemas façam com que seu teor seja materializado. No Distrito Federal, a SEEDF possui uma série de ações neste sentido. Dentre elas, destacamos uma mais recente, a publicização do Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2013). No intento de promover as mudanças que tragam ações combativas contra os preconceitos e discriminações presentes nas relações humanas, especialmente na escola, o Currículo em Movimento traz, em seu arcabouço legal, respaldo para uma educação que seja, hodiernamente, mais inclusiva, igualitária e cidadã, por meio do respeito à diversidade em todas as suas formas, conforme apregoa tal documento.

É sabido que, historicamente, determinados grupos como: crianças, negros, mulheres, indígenas, quilombolas, camponeses tiveram suas falas e trajetórias negligenciadas pela escola. Tal fato reforça a “hegemonia de determinados conhecimentos sobre outros”, em detrimento de saberes forjados em outros espaços e por outros sujeitos.

Por reconhecer essa situação e na perspectiva de favorecer uma integralidade entre os conhecimentos, o Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2013) traz como eixos transversais: i) Educação para a Diversidade; ii) Cidadania e Educação em Direitos Humanos; iii) Educação para a Sustentabilidade. Tudo isso é importante para promover a contemplação de “conteúdos atuais e relevantes”

socialmente e também na expectativa de tornar tais conhecimentos mais reflexivos e menos normativos e prescritivos, desta forma propiciando aos estudantes múltiplas leituras das vivências de mundo.

Ainda que os três eixos sejam integrados, dada a temática deste trabalho, destacamos dois deles: Educação para a Diversidade e Cidadania e Educação em Direitos Humanos. Estes vêm ao encontro da necessidade de reconhecimento presente na educação para as relações étnico-raciais e também para a necessária e almejada aceitação da estética feminina livre de imposições padronizadas que inferiorizem os traços e cabelos negros.

O Currículo em Movimento (SEEDF, 2013) nos mostra que a importância de uma Educação para a Diversidade se faz pela necessidade de contemplar os múltiplos sujeitos sociais em suas diferenças, sejam de gênero, intelectualidade, raça, etnia, orientação sexual, de pertencimento, de personalidade, de cultura, de classe social, motoras ou sensoriais. Bem como por reconhecer a existência de fenômenos sociais, como a discriminação, o racismo, o sexismo, a homofobia, a depreciação de pessoas que vivem no campo. É certo, então, que tais fenômenos acarretam exclusão, tornando imprescindível uma educação que permita mudanças de paradigmas.

Pensar uma Educação para a Diversidade significa, na prática:

- ✓ Reconhecer a existência da exclusão no ambiente escolar.
- ✓ Buscar permanentemente a reflexão a respeito dessa exclusão.
- ✓ Repudiar toda e qualquer atitude preconceituosa e discriminatória.
- ✓ Considerar, trabalhar e valorizar a diversidade presente no ambiente escolar, pelo viés da inclusão dessas parcelas alijadas do processo.
- ✓ Pensar, criar e executar estratégias pedagógicas com base numa visão crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história social, política, cultural e econômica brasileira.

Na busca por um Estado Democrático de Direito efetivo, a escola se torna o espaço ideal para sua promoção através de uma Educação em e para os Direitos Humanos. Isto porque é sabido que a educação é um direito fundamental que “contribui para a conquista de todos os demais direitos humanos.”

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007) define a Educação em Direitos Humanos como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e sua relação com os contextos internacional, nacional e local.
- b) Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade.
- c) Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político.
- d) Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados.
- e) Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, bem como reparação das violações.

O Plano orienta que a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007) vá além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se envolve no processo de ensino-aprendizagem, sendo voltada para o respeito e valorização da diversidade, para os conceitos de sustentabilidade e formação da cidadania.

Assim, compreende-se que este conjunto de documentos é um lastro fundamental para que as escolas possam desenvolver um trabalho sistemático e contínuo de educação para as relações étnico-raciais e para os direitos humanos. Está claro que este trabalho não pode depender apenas de vontades individuais (ainda que isto aconteça), mas que é possível cobrar dos gestores que tais conteúdos sejam desenvolvidos nas escolas.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, pois não se propõe a analisar dados estatísticos ou mensurar eventos (NEVES, 1996, p. 4). Trata-se de um trabalho interventivo com o intuito de despertar reflexões que induzam ações promotoras de mudanças de postura entre os envolvidos no processo de escolarização.

Conforme Neves (1996) - nesse método o pesquisador busca entender os fenômenos relativos ao estudo realizado, segundo a perspectiva dos próprios participantes que são levados a expressar seus pensamentos, participando ativamente do andamento da pesquisa.

Dentro do campo qualitativo, a pesquisa-intervenção norteia-se pela consideração da realidade social e pelo compromisso com a produção de práticas inovadoras (GABRE, 2012). A autora ainda afirma que a intenção, a partir desta escolha metodológica, vai ao encontro de compreender e buscar explicações, valores e significados em um dado meio social. No nosso caso, a escola pública de uma região administrativa considerada periférica.

Segundo André (2008), optar pela metodologia qualitativa se faz importante, quando se deseja saber de pessoas em processo, tentando entender os sentidos e os significados dos eventos em suas diversas manifestações, considerando as histórias individuais e coletivas e o contexto ambiental, seja natural ou construído. E ainda “acata a presença do pesquisador e dos pesquisados como marcadamente válidas e importantes para a composição das interpretações sobre o objeto estudado” (ANDRÉ, 2008, p. 193)

#### **3.1 Cenários da pesquisa**

A pesquisa-intervenção foi realizada em duas diferentes escolas da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia (Crec) da SEEDF. Estas escolas situam-se em dois diferentes setores da região administrativa de Ceilândia, que subdivide-se em outros vários.

Conforme o Anuário do DF (2015), Ceilândia é a localidade do DF com a maior densidade urbana e possui atualmente quase 600 mil habitantes. Os números, de 2010, são da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pnad) da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). A cidade situa-se a 26 quilômetros do chamado Plano Piloto. Foi criada para solucionar problemas de distribuição

populacional a partir da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) em 27 de março de 1971.

Ainda conforme o Anuário supracitado, a cidade tem o maior número de comerciários do DF e embora não esteja entre as maiores rendas per capita do DF, é reduto da chamada classe C.

Atualmente, é o local de lotação profissional da pesquisadora, sendo um excelente celeiro para pesquisas diversificadas, visto que sua Coordenação Regional de Ensino agrega 95 escolas sendo 90 consideradas urbanas e 5 consideradas escolas do campo. Trata-se ainda da segunda maior Coordenação de Ensino do DF, perdendo somente para a Regional do Plano Piloto, que tem a peculiaridade de agregar também as unidades escolares da região administrativa do Cruzeiro.

A pesquisa foi realizada em uma escola Ensino Fundamental, sendo denominado na rede pública de Centro de Ensino Fundamental (CEF) e em outra de Ensino Médio, denominado na rede pública de Centro de Ensino Médio (CEM). Isto possibilitou fazer uma análise comparativa dos dados obtidos em relação à etapa de ensino da Educação Básica. Importante lembrar aqui que, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) vigente, a Educação Básica se compõe das seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além das modalidades que as perpassam.

A escola de Ensino Fundamental pesquisada situa-se no setor O, foi inaugurada em 1978 e, conforme visto no PPP da escola, possui 1060 alunos, na faixa etária de 10 a 16 anos. No matutino possui 1 turma de 7º ano, 8 turmas de 8º e 5 turmas de 9º anos no vespertino, 7 turmas de 6º e 7 turmas de 7º ano. Ressalte-se que trata-se de um quantitativo maior do que o previsto nas estratégias de matrícula. Além da demanda da comunidade local recebe ainda uma clientela do entorno do DF. Há, portanto, uma grande heterogeneidade de público distribuído nos turnos matutino e vespertino.

A estrutura física da escola é de uma escola classe ampliada. As instalações (cantina, piso, janelas, corredores, quadra) são inadequadas para o público que atende e não correspondem às exigências da vigilância sanitária, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e de acessibilidade.

A equipe gestora é composta por diretor, vice-diretor, supervisor pedagógico e secretária. O corpo docente é composto por 34 professores em sala de aula compreendendo os dois turnos, três professoras e um monitor na sala de recursos.

Dispõe de 2 coordenadores pedagógicos e 1 orientadora educacional. Contando ainda com 8 professores readaptados que auxiliam diversas necessidades pedagógicas e mais 8 servidores da carreira assistência na biblioteca, portaria e secretaria.

A escola de Ensino Médio situa-se em Ceilândia Norte e foi inaugurada em 6 de setembro de 1973. De acordo com o PPP da instituição e conforme visto também in loco, recebe a comunidade local e também alunos do entorno do DF.

Podemos dizer que é uma escola de grande porte físico, visto que são: 30 salas de aulas, 1 biblioteca, 4 laboratórios (química, física, biologia e informática), 1 sala de professores, 1 sala de coordenação pedagógica, 1 sala de orientação educacional, 1 sala de multimídia, 1 auditório, entre outros espaços.

Conforme o quadro organizacional de 2014, a escola conta com 119 professores, 17 auxiliares em educação, 23 colaboradores terceirizados, mais, diretor, vice-diretor, 2 supervisores administrativos, 3 supervisores pedagógicos, 6 coordenadores pedagógicos, 2 orientadores educacionais, sala de recursos com 7 professores de libras, 1 bilíngue e 2 generalistas.

Pudemos observar que em ambos os PPP constam informações da realização do trabalho sobre a questão étnico-racial como exigido pela Lei 10.639/2003. Porém, segundo mencionado por algumas das pesquisadas, o trabalho não acontece de maneira sistemática, mas de forma pontual para implementar o calendário das comemorações do dia 20 de novembro pelo dia da Consciência Negra, em se tratando da escola como um todo.

### **3.2 Participantes da pesquisa**

Nas duas escolas existe, por parte das professoras que incentivaram a participação das alunas nos encontros para a pesquisa, um trabalho referente às questões da diversidade e dos direitos humanos.

A professora da escola de Ensino Fundamental é licenciada em letras pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar pela Universidade de Brasília (UnB) e já com 25 anos de Magistério. Nessa instituição de ensino há um trabalho com grande ênfase nas questões de gênero.

A professora da escola de Ensino Médio é licenciada em ciências sociais e bacharel em antropologia com especialização em gestão de políticas públicas em



gênero e raça (UnB). Já nessa mencionou que a professora formou grupos sobre as questões dos cabelos instituição a ênfase é nas questões étnico-raciais. Uma das alunas que participou das atividades de pesquisa crespos e cacheados nas redes sociais - *whatsapp* e *facebook* - onde participa efetivamente incentivando, de forma significativa, que elas assumam seus cabelos naturais, sem intervenção de processos químicos, bem como seus traços negroides e que possam se orgulhar de sua ascendência afro.

A faixa etária das estudantes envolvidas na pesquisa varia de 11 a 18 anos, de alunas do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, todas do sexo feminino.

### **3.3 Procedimentos de coleta de dados**

Durante a pesquisa, grupos de estudantes do sexo feminino foram reunidos para três encontros/momentos em que foram realizadas rodas de reflexão e discussão.

Os encontros/momentos foram realizados nas próprias escolas pesquisadas durante o turno matutino.

Na escola de Ensino Fundamental, a professora não participou presencialmente dos encontros, embora tenha incentivado a participação das alunas e apoiado a pesquisa. Contamos, outrossim, com a participação voluntária de uma servidora da escola nos três encontros.

Já a professora da escola de Ensino Médio esteve presente e participou efetivamente das discussões.

Na escola de Ensino Fundamental, os encontros foram realizados em três dias diferentes com a duração de uma hora e quarenta minutos de discussões.

Na escola de Ensino Médio, conforme solicitação da professora, fizemos o encontro no mesmo formato do que fora realizado na escola de Ensino Fundamental, porém em um único dia. Optamos por este formato a fim de que pudéssemos contar com a participação das meninas ainda durante o horário escolar. Ou seja, um encontro composto por três momentos diferentes.

### 3.3.1 1º Encontro/momento de reflexão e discussão

Roda de reflexão e discussão. Para fomentar a conversa, foi aplicado um questionário. A seguir, são apresentadas as questões que nortearam a discussão:

- 1) Qual a sua cor?
- 2) As pessoas, na escola, respeitam seu padrão de beleza? E em outros espaços?
- 3) Qual o seu tipo de cabelo?
- 4) Você gosta do seu tipo de cabelo? Comente.
- 5) O que você acha dos termos cabelo bom e cabelo ruim? Comente.
- 6) As pessoas gostam/elogiam seus cabelos?
- 7) Dentro da sua própria família, você se sente referenciada racialmente? Comente.
- 8) No seu espaço familiar você já ouviu comentários pejorativos sobre os cabelos crespos? Comente.
- 9) Você se sente representada na mídia (televisão, jornais, revistas, cinema)? Comente.
- 10) Você se sente representada nos murais da escola? Comente.
- 11) A escola faz um trabalho para a educação étnico racial? De que forma? Comente.
- 12) A escola faz um trabalho de respeito à diversidade? Comente.

### 3.3.2 2ª Encontro/momento de reflexão e discussão

No segundo encontro/momento foi apresentado para as alunas o vídeo “O lado de cima da cabeça”, uma conversa livre e depois a discussão da seguinte questão: Que ações a escola poderia promover para reverter situações de discriminações raciais?

### 3.3.3 3ª Encontro/momento de reflexão e discussão

Já no terceiro encontro/momento foi sugerido que as alunas, após verem e observarem várias imagens de meninas e mulheres com cabelos Black Power, listassem as expressões pejorativas que elas já tinham ouvido sobre os cabelos afro e como elas lidavam com tais fatos. E, a seguir, foi realizada a oficina do “Projeto de

Valorização de Mulheres – Rainhas Coroadas” da professora da SEEDF, Adelina Benedita Alves Santiago – Pedagoga e especialista em África. O Projeto ensina a fazer turbantes e, durante este trabalho, as envolvidas podem fazer relatos livremente.

O projeto foi disponibilizado para as escolas, bem como a possibilidade de continuação dos encontros e discussões na tentativa de fortalecer a ideia de estimular nas meninas o desejo de perceberem a sua beleza natural e sua auto aceitação.

Percebemos que, mesmo sem existir de forma rotineira o trabalho para a educação das relações étnico-raciais na escola de Ensino Médio, o trabalho realizado por uma única professora, apresenta bons resultados na escola e se reflete na postura e na fala empoderada das meninas que participaram da pesquisa.

Na escola de Ensino Fundamental, as meninas foram incisivas em mencionar o desejo de estudar as questões étnico-raciais e afirmaram não ter conhecimento da existência da Lei 10639/2003, que obriga as escolas públicas e particulares ao ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas. Demonstrando espanto em saber do descumprimento da mesma dentro da unidade escolar.

Podemos inferir que, mesmo diante da sensibilidade demonstrada pelas professoras aqui mencionadas e existir a alusão à questão de uma educação antirracista em ambos os projetos político-pedagógicos, ainda é bastante tímido o trabalho para erradicar o mal causado pelo racismo:

Na maioria dos casos, (os/as professores/as) praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria , por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana. (MUNANGA, 2001, p. 8).

Precisamos entender que o conhecimento histórico é o caminho que nos conduzirá a reflexões que possam levar a uma conscientização plena e redentora, onde o respeito e valorização dos diferentes sejam uma constante.

### 3.4 Apresentação dos Encontros

 • Escola/CRE –

- Centro de Ensino Fundamental X - Ceilândia
- Centro de Ensino Médio Y – Ceilândia
- ✚ • Etapa/Modalidade
  - Ensino Fundamental – anos finais – regular
  - Ensino Médio - regular
- ✚ • Ano(s) e turma(s)
  - 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental
  - 1º ao 3º do Ensino Médio
- ✚ • Responsáveis pelo atendimento
  - Simone Cristalino Veloso
- ✚ • Estudante(s) atendido(s)
  - No Ensino Fundamental –
  - Primeiro encontro 31 meninas
  - Segundo encontro 9 meninas
  - Terceiro encontro 12 meninas
  - No Ensino Médio –
  - 12 meninas.

1) Apresentação (breve texto que apresente, em linhas gerais, a oficina).

Nesta pesquisa interventiva optamos por realizar rodas de discussões e reflexões para buscarmos dados e percebermos as possibilidades de incentivar a realização de ações que criem maneiras de efetivar o trabalho sobre as questões étnico-raciais e aqui mais especificamente as que dizem respeito aos cabelos crespos, por serem estes constantes alvos do racismo.

2) Justificativa (relato breve da importância/necessidade da oficina).

Esse trabalho se faz necessário para melhorar e ampliar no espaço escolar ações voltadas para a Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade, com ênfase nas relações étnico-raciais. Intentando o combate ao racismo presente nas escolas que esteja relacionado à estética da mulher negra e, de forma mais específica, em relação aos cabelos crespos para as adolescentes. Isto porque é notório que, nesta fase da vida, a questão da identidade grupal e da aceitação são fundamentais para o ser humano.

- 3) Objetivo geral (expressa o resultado esperado com o desenvolvimento da Oficina ou do conjunto de Oficinas).
- ✓ Analisar os danos acarretados pela ideologia do branqueamento, especialmente em mulheres negras do Brasil contemporâneo, focalizando seus reflexos na construção de suas identidades.
- 4) Objetivos específicos (são desdobramentos do objetivo geral).
- ✓ Investigar entre as alunas negras, as suas trajetórias escolares contribuíram para a construção de suas identidades, especialmente no que tange aos cabelos.
  - ✓ Focalizar quais são as representações entre corpo negro feminino e cabelos mais presentes na escola pública.
- 5) Desenvolvimento (seleção dos procedimentos e recursos didáticos, apontando sua operacionalização).

Quadro 1 - Rodas de reflexão e discussão

<b>Ordem</b>	<b>Atividade</b>	<b>Tempo</b>
1º encontro/momento	Apresentação da pesquisa/pesquisadora	5 min
	Apresentação do documentário Sobre cabelos afro: espelho, espelho meu!	14 min
	Discussão sobre o vídeo	30 min
	Aplicação de questionário**.	20 min
	Breve discussão sobre as questões do questionário	10 min
	Considerações finais	5min
2º encontro/momento	Cumprimentos	3 min
	Apresentação do documentário o lado de cima da cabeça	14 min
3º encontro/momento	Cumprimentos	3 min
	Apresentação de imagens Black Power	3 min
	Oficina de turbantes	70 min

	Considerações finais e fotos	14 min
--	---------------------------------	--------

\* Esta Roda foi realizada nas duas escolas supracitadas. Na escola de Ensino Fundamental, desdobrou-se em três encontros. Na escola de Ensino Médio, em um único encontro dividido em três momentos. A apresentação aqui, portanto, mostra, simultaneamente, estes três encontros/momentos.

\*\* As perguntas do questionário foram apresentadas no capítulo da Metodologia.

6) Avaliação da oficina foi realizada somente por observação, sendo que na escola de Ensino Fundamental foi feita um pequeno registro escrito.

7) Referências (listagem dos documentos ou textos utilizados).

Foram apresentados os vídeos:

- a) Documentário sobre estética e cabelos afro: Espelho, espelho meu!  
Direção, roteiro e edição de Jaqueline Barreto
- b) Documentário O lado de cima da cabeça  
Direção e roteiro de Naira Soares
- c) Imagens de Black Power – fotos de interne

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

O 1º encontro teve início com a apresentação da pesquisadora, da pesquisa e de seus objetivos.

Como explicado anteriormente, para estimular as falas, foi mostrado um documentário sobre estética e cabelos afro: espelho, espelho meu! Dirigido por Naira Soares. O vídeo se passa na cidade de Salvador, apresenta Negra Jhô, proprietária de um salão afro situado no Pelourinho e propõe a ideia de que “o cabelos tem uma forte relação na formação da identidade. Gostar do cabelo é, sobretudo, gostar do seu corpo”, segundo o historiador entrevistado Antônio Cosme. Fala também da importância da família no processo de auto aceitação e como base referencial de reconhecimento de si e de sua cultura.

Depois da discussão sobre o vídeo e objetivando extrair maiores informações das pessoas envolvidas na pesquisa, foi aplicado o questionário já apresentado anteriormente e que agora será aqui analisado minuciosamente.

Para garantir o anonimato das participantes, as estudantes foram identificadas da seguinte maneira:

S1, S2, S3, S4, S5 – para as entrevistadas do CEF.

S6, S7, S8, S9, S10, S11, S12 – para as entrevistadas do CEM.

É importante salientar que no primeiro encontro (26/08/2015) no CEF houve a participação de 30 meninas e uma servidora. No segundo encontro (03/09/2015), de 8 meninas e a servidora. E no último encontro (08/09/2015), participaram 10 meninas e a servidora. Esta última participante fez questão de estar presente nos três encontros. Trata-se de uma mulher negra de mais de trinta anos e graduada em Serviço Social.

É relevante também considerar que a diferença de público entre o primeiro e o último encontro reside no fato de ter havido, a princípio, a permissão para uma participação indiscriminada de algumas meninas que ficaram curiosas em saber qual seria o motivo do encontro. Entretanto, depois que participaram do evento, não se sentiram motivadas a respeito do tema, já que, pela observação, muitas eram garotas brancas de cabelos lisos ou alisados. Ou seja, a temática não as afetava diretamente.

## 4.1 Análise das questões do questionário

### 1) Qual a sua cor?

S1, S2, S3, S4 , S5, S8, S9 e S10 se autodeclararam negras.

S6 se autodeclarou marrom, S7, S11, S12 se autodeclararam pardas.

Conforme Cartilha do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), em pesquisa datada de 2008, negro são os que se autodeclararam ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como preto/preta ou pardo/parda, pois pesquisas apresentam informações de que as trajetórias de vida das pessoas pretas e pardas são mais próximas entre si do que se comparadas com as trajetórias das pessoas brancas.

Considerando as informações das pessoas aqui pesquisadas, estamos trabalhando com um público eminentemente negro e embora uma das pesquisadas tenha se autodeclarado marrom, por observação seria esta uma das pessoas de pele mais preta, ou seja, negra também.

Faz-se necessário tal informação, pois ao analisarmos na pesquisa a situação da mulher negra com seus cabelos crespos, precisamos evidenciar quem foram as pessoas investigadas.

### 2) As pessoas, na escola, respeitam seu padrão de beleza? E em outros espaços?

S1: “Nem sempre, tem sempre aquela pessoa que acaba criticando. Fora da escola eu sou mais respeitada.”

S2: “Na escola sim e em outros espaços ficam me olhando de lado.”

S3: “É relativo, vai de pessoa pra pessoa. Uns criticam, outros já elogiam, mais não me importo porque em todos os lugares acontecem esse tipo de coisa, e as críticas me ajuda a lutar cada vez mais me aceitando como sou.”

S4: “Nem todas, existem aquelas pessoas que olham como se fossemos pessoas de outro planeta, como se não fossemos normais”

S5: “Sim. As vezes acontece de algumas pessoas criticarem meu cabelo mas é relevante.”

S6: “Sim. Nos outros espaços nem sempre.



S7: “Como na escola temos o incentivo, pessoas que não respeita é a minoria. Já em outros ambientes, sempre estamos cercado de preconceito.

S8: “Eu acho que sim, pois ninguém faz piadas sobre o meu estilo ou me insultam. Mas algumas vezes sinto que eles zombam de mim com aqueles olhares e risinhos.”

S9: “Sim eles respeitam, agora no ensino médio, mas antes não.”

S10: “Na escola hoje em dia tem mais respeito do que parece, mas no meu caso não sou muito respeitada pela família.”

S11: “Sim, eles respeitam.”

S12: “Na escola e no local de trabalho sou bem aceita. As únicas que vejo que ainda me criticam, são alguns de meus parentes paternos, que por sinal tem pele clara e cabelos lisos ou escovados.

Conforme podemos verificar, embora as pesquisadas tenham dito ser respeitadas por seu padrão de beleza na escola, em sua maioria e nos demais espaços em alguns momentos, o que se pode inferir é que a maioria das respostas trazem uma certa restrição, ou seja, na maior parte delas não encontramos uma aprovação incisiva ou no espaço da escola ou nos demais espaços.

Tal constatação nos remete ao estabelecido pela denominada Ideologia do Branqueamento, ou seja, existe um padrão de beleza arraigado historicamente em nosso país, reforçado pelo programa imigrantista do século XIX e pela estimulada miscigenação: “não só se arianiza na cor, como também nos outros atributos físicos, inclusive o da beleza”. Pensava-se assim já que o imigrante era considerado “um tipo plasticamente perfeito”. A miscigenação iria então funcionar como proposta de embelezamento e eliminação estética dos traços negros, considerado um “tipo étnico” feio, conforme nos traz Domingues (2004, p. 261). Neste sentido, notamos que a associação dos traços negros ao feio é um problema antigo e pode e deve ser enquadrado como manifestação de racismo e que por isso deve ser pensado no espaço escolar, por ser este um local de formação e informação. Portanto, lugar ideal para que reflexões consistentes sejam realizadas no combate a todas as formas de discriminação. A escola pode, então, contribuir para o surgimento de espaços e relações que respeitem a diversidade étnico-racial e os direitos de todos e todas.

### **3) Qual o seu tipo de cabelo?**

S1, S4, S5, S7, S10 e S12 – cacheados.

S2: “Crespo a cacheado”

S3: “Crespo.”

S6: “Não conheço, meu tipo de cabelo.”

S8: “Crespo natural e divino.”

S9: “Enrolado”.

S11: “Na verdade é um pouco de tudo, depende do dia kkk. Mas acho que 3b.

Conforme vemos pelas respostas, as pesquisadas trazem cabelos cacheados e crespos. A pesquisada S6, por observação, está atualmente, usando rastafári, mas possui fios crespos, por se tratar de menina negra.

#### **4) Você gosta do seu tipo de cabelo? Comente.**

S1: “Eu amo o meu cabelo, só que eu queria que ele fosse mais cacheado, mais enrolado.”

S2: “Sim dá para mim varia de tipo de penteado”

S3: “Não. Dá muito trabalho para cuidar principalmente porque meu cabelo não cresce, não tenho muita opção.

S4: “Sim, eu amo o meu cabelo, e adoro o fato de poder usá-lo liso ou cacheado.”

S5: “Sim, muito porque ele é bonito e me sinto bem com ele.”

S6: “Eu não conheço, mas acho que vou gostar, pois faz parte de mim.”

S7: “Amo meu cabelo, pois ele é minha identidade, e me diferencia em meio de tantas lisas e alisadas.”

S8: “No início não, porque eu sempre quis que ele tivesse menos volume e como ele era muito volumoso eu vivia com ele preso. Agora eu amo deixar ele solto, balançando ao vento.

S9: “Sim, porque é lindo e acabo me tornando diferente em alguns ambientes.

S10: “Quando criança não gostava do meu cabelo por nada, vivia com ele amarrado, mas quando comecei a alisar meu propósito não era deixar ele liso era para abaixar o volume, mas com o tempo os cachos foram sumindo mas hoje em dia gosto muito do meu cabelo.”

S11: “Adoro meu cabelo, ele é a minha vida e representa o que eu realmente sou.”

S12: “Depois de mais de 3 anos usando cabelo preso (por vergonha dos cachos), eu acabei me conformando com ele, e hoje eu amo meu cabelo e não troco ele por chapinha nenhuma, ele é quem revela minha verdadeira identidade e me dá a alegria de não vive de padrão social.”

Pode-se observar que entre as 5 pesquisadas no CEF, apenas uma declarou não gostar de seus cabelos. A S3, trata-se de mulher negra que, por observação, alisa e escova os cabelos. Infere-se que, de fato, não aceita o cabelo crespo que possui. Das pesquisadas do CEM, a S6 é, como já dito antes, negra e possui cabelos crespos, mas por estar usando rastafári atualmente, disse não conhecer seu tipo de cabelo.

O que podemos verificar aqui é que, mesmo diante dos preconceitos que pairam dentro da nossa sociedade em relação aos cabelos crespos, já conseguimos encontrar adolescentes se libertando dos padrões estabelecidos que insistem em propor alisamentos e outros tratamentos congêneres para enquadrar os fenótipos negroides. Domingues (2004, p. 288), de forma irônica, nos mostra como funciona este enquadramento: “O alisamento significaria a felicidade do negro, a realização do seu sonho mais profundo; seria a porta de entrada ao mundo “moderno” de pessoas “elegantes”.”

Vale ainda, analisar a resposta da pesquisada S3 que afirma não gostar de seus cabelos, por ser esse difícil de cuidar. Fala comum entre as pessoas que têm cabelos crespos e em muitos casos justificativa para o alisamento. Mas como nos diz Lucinda, (2010, p. 121): “É impressionante esse cabelo, é um mundo novo que ainda precisa ser descoberto.” Pois conforme ela propõe, há uns vinte anos atrás não se falava em cabelos crespos, mas em cabelo ruim e que sendo assim estava fadado ao processo de alisamento para se encaixar no caminho do bem. Por isso que o diálogo, o debate a reflexão se fazem necessários, pois “fazer a coisa certa neste cabeludíssimo tema das discriminações pode fazer a diferença para as gerações futuras.” Diz a autora supracitada.

É importante dizer que principalmente as meninas do CEM têm assistência e apoio de uma de suas professoras para se manterem firmes na busca de sua afirmação identitária.

Isso nos leva a crer que o apoio de uma pessoa mais experiente, especialmente de uma autoridade (no caso, a professora) reforça e auxilia as meninas nas suas escolhas, no orgulho em relação às suas origens, na liberdade de ser o que são.

### **5) O que você acha dos termos cabelo bom e cabelo ruim? Comente.**

S1: “Pra mim isso não tem diferença, pra mim todos os cabelos são bons e lindos, principalmente o cabelo crespo.”

S2: “Cabelo bom cabelo bem cuidado e ruim cabelo mal cuidado.”

S3: “Pra mim cabelo bom é aquele que é bom pra pentear desembaraça com facilidade. Cabelo ruim é o cabelo duro ruim de pentear mesmo usando creme o pente não ajuda. Exemplo de cabelo ruim ao meu ver o meu cabelo é um cabelo ruim sem o uso da química.”

S4: “Acho desnecessário, na minha opinião não tem nada a ver!”

S5: “Acho que cada pessoa tem sua opinião, mas não existe bom ou ruim, cada pessoa tem o cabelo que quer ter.”

S6: “Como diz Emitida: “O Brasil aplaude a miscigenação quando ela clareia, quando escurece ela condena.” O cabelo bom é o padrão da beleza branca e o ruim o que foge dela ou seja a beleza negra esse conceito segue um padrão imposto pela sociedade, Mas eu discordo desses rótulos.

S7: “É uma forma horrível de tratar cabelos. Pois cabelo bom e cabelo natural.”

S8: “Não existe essa coisa de cabelo bom e cabelo ruim, só existe a diversidade de cabelos e cada um maravilhoso, mas ao natural.”

S9: “Isso não existe, pois existem cabelos crespos e cabelo liso foi só uma forma da indústria de cosméticos comercializar seus produtos e as pessoas camuflarem seu racismo.”

S10: “Eu acho que cabelo ruim é aquele que não é amado.”

S11: “Acho que isso não deveria existir, pois não existe ruim. Temos cabelos que dão trabalho pq precisão de cuidados.”

S12: “Não existe cabelo ruim! Existe uma sociedade preconceituosa que está sempre querendo inferiorizar a raça negra, menosprezando seus traços físicos.”

Podemos verificar, diante das respostas dadas, que a utilização dos termos cabelo bom ou cabelo ruim não tem aprovação das pesquisadas.

Ótimo. Parece existir, entre as participantes, um (quase) consenso acerca do desserviço social que tais termos difundidos em nosso meio causam para nossos pares e que em consequência uma nova postura venha surgir. Como dito por Lucinda (2010, p. 120): “seu cabelo é bom por causa de quê? No sábado ele faz alguma caridade? E o meu cabelo é ruim por causa de quê? (...) se ele fez alguma coisa desagradável com alguém, eu vou me retratar.”

Devemos, ainda, refletir: como surgiram tais expressões: cabelo bom e cabelo ruim? E certamente não precisaremos sair da nossa história, como notado por Lucinda, para encontrarmos a resposta. “Isso tem origem escravocrata e não deveria, em pleno século XXI, ainda estar em vigor.” Tais termos são frutos do racismo tão presente e constante em nossa sociedade. Mas acreditamos poder, através das leis e aqui, especialmente, da Lei 10.639/03, que propõe uma pedagogia de combate a tal dano, que uma nova ordem surgirá com a construção cotidiana de uma educação antirracista.

## **6) As pessoas gostam/elogiam seus cabelos?**

S1: “Eles elogiam mais, quando estou de chapinha. Mas nunca criticaram meu cabelo cacheado.”

S2: “Sim e elogia de vez em quando.”

S3: “Me olham com naturalidade as vezes diz que estou com o cabelo bonito. Quando coloco rastafári recebo vários elogios e até eu mesma acho que fico bonita.”

S4: “Às vezes, nem todas.”

S5: “Sim, bastante.”

S6: “Tem quem goste, tem quem não goste, mas eu não ligo.”

S7: “Aonde vou pessoas me para e os elogiam. E pessoas desprezíveis também olham com olhar de desprezo.”

S8: Algumas dizem que ele é muito bonito, macio, suave, brilhoso. Outras já falam que ele é meio ressecado, alto demais, mas eu não ligo.”

S9: “Algumas sim, outras falam para eu procurar um meio de abaixar o volume do meu cabelo.”

S10: “Ouço muito poucos elogios, muitas pessoas elogiam o cabelo cacheado quando ele está super definido, mas quando está em transição é considerado um cabelo ruim por não ter forma.”

S11: “Sim, quando eu entro no ônibus ou em qualquer lugar me sinto uma rainha, pq realmente olhão e elogiam bastante. Adoro isso.”

S12: “Muito, o melhor elogio que ganhei foi de um grupo de africano camaronês, na época da copa 2014. Eles me pararam e ficaram elogiando meus cachos, e eles pegavam no meu cabelo e diziam que estavam impressionados porque acharam muito lindo, e aí pediram pra tirar uma foto pra ficar de recordação pra eles. E como naquela época eu estava com a minha autoestima um pouco baixa, os elogios me deixaram mais confiante e com mais orgulho da minha afro descendência.”

Conforme pode-se verificar somente as pesquisadas S5, S11 e S12 afirmaram ser elogiadas por seus cabelos sem terem feito nenhuma restrição. Já as demais, embora tenham dito receber elogios, fizeram alguma observação justificando algum tipo de desaprovação. Tais fatos nos impelem a pensar que, no imaginário social, o ideal mais adequado de beleza continua sendo associado ao tipo físico mais próximo ao padrão europeu. Conforme posto por Paixão (2006, p. 24) “No Brasil, (...) o preconceito e as formas correlatas de discriminação se reportariam à intensidade dos fenótipos de cada pessoa. (...) A tonalidade da cor da pele, o tipo de cabelo e o formato de partes da face (...).”

**7) Dentro da sua própria família, você se sente referenciada racialmente?  
Comente.**

S1: “Não porque todo mundo da minha família tem o cabelo bonito. Cacheado porém longos.”

S2: “Sim.”

S3: “Não. Como moramos em país miscigenado, na minha família não é diferente, uns casam preto com preto e branco com preto, uns se aceita com sua cor de pele e cabelo, outros já pensam diferente. O importante é que todos se respeitem.”

S4: “Sim e não, minha mãe é negra e minha irmã também mas só minha irmã tem cabelo cacheado.”

S5: “Sim.”

S6: “Sim. Pela minha mãe.”

S7: “Em questão dos meus cabelos me sinto apreensiva, pois sou de família negra aonde a grande maioria se prende em alisamento.”

S8: “Não, pois infelizmente muitos dos meus familiares moram longe e os que moram perto possuem cabelos lisos naturais ou quimicamente.”

S9: “Não, porque a maioria são brancos.”

S10: “Sim, muitas pessoas da minha família tem o cabelo alisado e eu sou uma das poucas que gosto do cabelo cacheado e acabo gostando de ter orgulho do meu cabelo.”

S11: “Sim pq meus pais me apoiam, mesmo não gostando muito, eles sabem que devem me apoiar e gostam do que eu represento pra minha família.”

S12: “Sim, depois de assumir meus cachos, várias pessoas da minha família estão ficando satisfeitas com o resultado. Acredito que elas me tem como referência.”

As respostas demonstram que a maioria das pesquisadas não chegou a compreender bem a questão, pois somente as pesquisadas S4, S5 e S6 deram uma resposta compatível com o que foi perguntado. É possível porém, compreender tal dúvida se observarmos que os referenciais negros em nossa sociedade ainda são poucos e tímidos, portanto não reconhecê-lo na família é compreensível.

Inclusive porque, como posto por Carneiro (1998 apud ARAÚJO, 2010, p. 117), grandes nomes como Cruz e Sousa, “maior expressão do simbolismo nacional igualado em altura a Baudelaire”, Carolina de Jesus ou Luiz Gama, André e Antônio Rebouças, Milton Santos, ícones da cultura negra em áreas diversas, têm suas trajetórias humanas “relegadas em nossa sociedade e em nosso imaginário” confluindo, conforme ela diz, como dificuldade para a construção de um novo imaginário das relações raciais. Ou seja, existe uma invisibilidade da população negra de modo geral.

**8) No seu espaço familiar você já ouviu comentários pejorativos sobre os cabelos crespos? Comente.**

S1: “Nunca, pois a minha família curte muito o cabelo crespo e o cacheado.”

S2: “Sim, meu irmão fica me chamando de bom brio.”

S3: “E como, minha irmã fica reclamando o tempo todo do cabelo dela, ela tem pouquíssimo cabelo e além de pouco não pode usar nenhum produto químico. Que sofrença. Acho que tem fator é hereditário e genético na família. Tenho tias que não tinha cabelo.”

S4: “Não, mas em outros lugares sim.”

S5: “Sim, mesmo sabendo que se passa de uma brincadeira eu não gosto.”

S6: “Sim, mas essas coisas me fazem forte.”

S7: “Sempre ouvimos. É algo inevitável, e o pior é que sempre vem de quem menos esperamos.”

S8: “Não, pois a minha família sempre me encorajavam a soltar os meus cabelos, apesar de algumas brincadeiras sem graça.”

S9: “Sim do tipo: porque você não penteia esse cabelo? Ah. O essa bucha engoliu o pente.”

S10: “Sim, muitos quando crianças minha família falavam muito mal do cabelo crespo e principalmente o meu mas agora tento não ter muito contato com eles.”

S11: “Não, meus tios e tias, primos e primas, todos adoram meu cabelo. Dizem que eu realmente fico muito diva.”

S12: “Quase sempre, todos usam o termo cabelo ruim referindo-se a cabelo crespo e alguns comparam com objetos domésticos ásperos.”

Verificamos nas respostas que a maioria das pesquisadas já ouviram no espaço familiar a utilização de termos pejorativos para desqualificarem os cabelos crespos, próprios das pessoas negras. Lucinda (2010) ilustra como dentro de casa esses termos são proferidos sem nenhuma cerimônia, em alguns casos pelas mães das crianças: “Ah, eu falo mesmo lá em casa para as minhas meninas: “Ê, mas ê cabelinho bandido!” Podemos compreender com isso, que certamente as crianças que são expostas a tais informações dificilmente vai aceitar bem suas características negroides. Ela diz ainda que nosso vocabulário está apinhado de expressões preconceituosas e estas circulam sem cerimônia nos grupos familiares. Bento (2006, p. 78) nos diz que não devemos responsabilizar as pessoas pelo que aprenderam sobre racismo e preconceito, na família, na escola, nos meios de comunicação. Mas, ao adquirirmos uma maior compreensão sobre esse processo, temos a responsabilidade de tentar identificar e interromper esse ciclo de opressão, e de



mudar nossos comportamentos. Tal mudança pode começar por eliminar o vício semântico de usar expressões que desqualifiquem o caráter, as características ou qualquer aspecto da cultura negra.

É importante ainda abandonar termos e expressões usuais em nossa sociedade, como: “a coisa está preta”, “humor negro” e tantas outras que favorecem a interiorização de ideias e atitudes preconceituosas e discriminatórias, e que hoje devem ser extintas das nossas relações, seja na escola, na família, ou em qualquer outro espaço de convivência.

**9) Você se sente representada na mídia (televisão, jornais, revistas, cinema)? Comente.**

S1: “Sim. Pelo menos agora sim, aquelas negras do cabelo crespo ou cacheado. Contando que ter o cabelo assim agora não precisa ter vergonha, mas sim orgulho, pois muita gente tenta copiar e não pode.”

S2: “Não porque ou falam mal ou não falam.”

S3: “Pouco mais sim. Hoje os negros tem mais espaço na mídia, apesar da desvalorização.”

S4: “Hoje em dia as vezes eu me sinto representada.”

S5: “Sim.”

S6: “Muito pouco, mas nos últimos anos as negras tem aparecido mais.”

S7: “Mulheres negras, cacheadas, sempre tiveram aparição em novelas, mas sempre fazendo o papel da empregada. Mas de uns tempos para cá vemos o poder dessas mulheres de outra forma.

S8: “Não, porque são poucas pessoas negras que aparecem na televisão, jornais, propagandas, revistas, cinema... mas quando aparecem é para ser empregados, golpistas, assassinos. Ladrões, mortos...”

S9: “Não. A maioria das atrizes ou atores são escravos, empregadas.”

S10: “Não, porque quando a mídia mostra um cabelo cacheado, mostra ele sem volume algo que no cabelo crespo tem muito.”

S11: “Não, pq as novelas e tal representam gentes que não são verdadeiras. O negro lá, sempre é ruim ou pobre.”

S12: “Não, poucos são os atores negros, e quando aparecem nas novelas, por exemplos, são os coitados, favelados, menosprezados.”

Verificamos que somente duas das pesquisadas consideram-se representadas sem fazerem restrição. Quatro delas se disseram representadas, mas fazem observações a respeito de tal representação e 6 delas não se sentem representadas e ainda percebem que, em certos momentos, as representações que ocorrem trazem situações estereotipadas da pessoa negra.

A exemplo do que nos diz Araújo (2010, p. 17): “Um mal-estar civilizatório particular ronda a cultura brasileira desde os seus primórdios, o que fazer com a imagem do negro”. Que é revelador de uma situação até hoje presente em nossa sociedade, qual seja, a pouca representatividade do povo negro nos espaços midiáticos, de poder e outros de visibilidade e decisão:

Várias gerações tiveram o seu imaginário afetado pela persistência de um racismo internalizado em nossa cultura, em nosso inconsciente coletivo, em nossas relações sociais, políticas e econômicas, que se manifestam através da reiteração de estereótipos negativos na representação do negro em nossa produção audiovisual. Este é um tipo de racismo que ainda flerta com o desejo de branqueamento da população brasileira e produz imagens em que o branco é o padrão ideal de beleza (...) (ARAÚJO, 2010, p. 22).

#### **10) Você se sente representada nos murais da escola? Comente.**

S1: “Sim. Com alguns projetos da minha professora linda e maravilhosa Gasira (nome fictício)”.

S2: “Não porque eu nunca vi uma imagem ou pelo menos uma frase.”

S3: “Às vezes principalmente no dia da consciência Negra quando sou convidada a tirar foto pra ser colocada no mural da Escola.”

S4: “Sim.”

S5: “Sim. Acho até importante que isso aconteça.”

S6: “Sim.”

S7: “Apenas sou representada.”

S8: “Também não, porque a escola não possuem nenhum cartaz, folheto ou qualquer outra coisa que nos ajudem a ter contato com as nossas origens, que nos incentive a superar as coisas infames que ouvimos.”

S9: “Não.”

S10: “Mesmo a escola tendo muitos projetos, ainda não me sinto representada.”

S11: “Sim, quando temos. E nas palestras e nos encontros também.”

S12: “Sim. Só quando entrei no ensino médio, nas outras escola, principalmente na escola classe, quando tínhamos que pintar algum desenho de personagem humano, todos pintavam de “cor de pele”, inclusive eu, pois não fui incentivada a valorizar e respeitar minha cor.

Conforme as respostas, a pesquisada S3 não se sente totalmente representada, mas percebe que no período em que se comemora a Consciência Negra na escola ela é procura para ser fotografada e ilustrar os murais da escola. Já as respondentes S2, S8, S9, S10 não se sentem representadas e as demais se consideram representadas, embora façam também alguma observação em relação a esse fato.

Ainda que a invisibilidade do povo negro seja um problema em nossa sociedade, a proposta de uma educação das relações étnico-raciais é posta como forma de combate às desigualdades raciais e sociais ainda presentes em nosso meio. Por isto a Lei 10.639/03, em consonância com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, traz a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino da temática: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana com o intuito de promover uma Educação das Relações Étnico-Raciais. Todo esse arcabouço legal veio ao encontro desta lacuna que, infelizmente, ainda perdura no cotidiano escolar. Os negros na escola são visíveis nos índices de reprovação, abandono, retenção, mas nos índices de êxito precisam avançar muito.

**11)A escola faz um trabalho para a educação étnico-racial? De que forma?  
Comente.**

S1: “Sim. A escola tá sempre arrumando um jeito para demonstrar que não existe diferença entre ninguém.”

S2: “Não nunca foi”.

S3: “Hoje a escola já trabalha com os alunos e comunidade com a finalidade de mostrar que cada pessoa tem seu valor ético, racial e moral, embora ainda existe tanto preconceito. O negro tem papel importante na sociedade e merece ser visto na sociedade com respeito que lhe é devido.”

S4: “Sim, com palestra, aula ...”

S5: “Sim. Com conversa trabalho e etc.”

S6: “A escola em si não mas uma professora trabalha muito essas questões Prof.<sup>a</sup> Rabia (nome fictício).”

S7: “Esse trabalho não é tão visto durante o ano todo. Ele tem mais visibilidade durante a consciência negra. Durante esse trabalho vemos os alunos olhando para estas questões com outros olhos.”

S8: “Às vezes em forma de palestras entediadas que não estimula nenhum dos alunos a prestarem atenção.”

S9: “Sim. Forma de combater o racismo, evitando piadinhas e comentários dos demais alunos que não conhecem a sua história muito menos a sua descendência.”

S10: “Sim, desde do 1º ano, a escola vem ensinando e ajudando muitas pessoas que acabam aproximando mais as pessoas.”

S11: “Temos a consciência negra, que me ajudou muito e nossa querida prof. Rabia, temos grupos no whatsapp e no face.”

S12: “No CEM Y há vários trabalhos étnicos raciais, já fizemos trabalhos sobre cultura negra, temos grupo pra as meninas se ajudarem a se realizar com seus cachos, temos passeios para conhecer pessoas afro descendentes de grande importância, temos o grande dia da consciência negra, e temos a professora Rabia que é a grande socióloga que faz todos esses trabalhos com a gente.”

Somente a entrevistada S2 disse não existir nenhum trabalho para uma educação étnico-racial. As demais entrevistadas apontam que de alguma forma tem ocorrido esse trabalho, porém por iniciativa individual de determinados professores que já percebem a necessidade de tal atividade como meio de promover a valorização da diversidade e ainda que de forma pontual.

Há, desde a implementação da Lei 10.639/2003, um desafio posto em nossas escolas que é a efetivação desta nas salas de aula. Visto que, por não existir um mecanismo de fiscalização, muitas vezes esse trabalho fica relegado a conscientização pessoal do profissional envolvido. Conhecer e aplicar tal legislação seria uma contribuição no sentido de possibilitar mudanças no quadro de desigualdades tanto na escola como em outros espaços de convivência, conseqüentemente. Também um passo para o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira, além do respeito às diferenças, conforme nos

indica Rocha, (2007). Isto porque a alteração de paradigmas que promovam relações sociais mais democráticas, igualitárias e respeitadas podem e devem ter início “no chão da escola”.

## **12)A escola faz um trabalho de respeito à diversidade? Comente.**

S1: “A escola tá sempre envolvidos em projetos que ajude as pessoas se valorizarem a respeitar os outros sem se importar com o cabelo e a cor da pele.”

S2: “Sim.”

S3: “Melhorou muito. Hoje os alunos convivem melhor aceitando uns aos outros. Antes cada grupo de trabalhos escolares, formavam grupos panelinha onde os negros não podia fazer parte e as vezes o professor tinha que intervir e amenizada a situação. A escola tem papel fundamental na vida do aluno mostrando que cada indivíduo tem direitos e deveres não só na escola mas também na sociedade, respeitando a diversidade de cada. E se assim fizermos teremos um país melhor.”

S4: “Sim, trazem pessoas para conversas, projetos...”

S5: “Sim.”

S6: “Sim.”

S7: - não respondeu.

S8: “Sim, o projeto Cores da África (nome fictício) criado pela professora Rabia. Esse projeto ajudam muitos os alunos negros a se assumirem do jeito que são.

S9: “Sim. Trabalho Cores da África a respeito da nossa cultura.

S10: Sim, a escola faz muitos projetos e trabalho que faz com que a diversidade aqui na escola seja bem respeitado a cada dia mais.

S11: “Sim, quando temos encontros falamos a nossa história e a diversidade que tem na nossa escola.”

S12: “Sim, desde o início do ano, e isso teve grande importância, pois vários alunos assumiram sua identidade e estão repassando seus conhecimentos a amigos e familiares.”

Constatamos aqui que, exceto a entrevistada S7, que não respondeu a questão, todas as demais consideram que de alguma forma a escola ou determinados professores fazem o trabalho para o respeito à diversidade e que tal fato tem contribuído para uma mudança pessoal ou coletiva do alunado.

A educação é direito de todos e promover na escola o reconhecimento da pluralidade presente em nossa sociedade é o caminho mais indicado para nutrirmos um pensamento novo e arejado, que comporte a aceitação de todas as diferenças.

#### **4.2 Análise do 2º e 3º encontro/momento de reflexão e discussão**

O segundo encontro foi iniciado com o vídeo: O lado de cima da cabeça (14 min) – um documentário que propõe a revisão dos conceitos pré-estabelecidos pela sociedade acerca da estética capilar negra.

O vídeo traz, mais de vinte pessoas relatando suas experiências com o olhar da sociedade sobre seus cabelos. E apresentam os diversos preconceitos sofridos. Apontam expressões que usam para desqualificarem seus cabelos como as já conhecidas – pixaim, cabelo de Bombril. O questionamento de: levou choque? Pelos cabelos serem pro alto.

Mostram a visão dos cabelos crespos como marginalizados, caso dos *dreds* e dos *black Power*, tratados como cabelo de vagabundo. E ainda fedidos.

Também o cabelo sendo colocado como reafirmação de uma identidade. De uma não necessidade de se ajustar ao padrão estabelecido.

Chama atenção a declaração de um dos depoentes dizendo ter sido chamado na escola de cotonete de orelhão, capacete, por causa do cabelo black Power e que ele não havia se importado, porém o professor ao invés de defendê-lo como ele esperava, reproduziu a “brincadeira”. Fato que o deixou bastante abalado. Pois como dito por Munanga (2001, p. 7) seria esta uma oportunidade de lançar mão da situação flagrante e fazer do momento a oportunidade de discutir a diversidade e de conscientizar os alunos sobre “a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional”.

O documentário tem roteiro e direção de Naira Soares e inicia com a música: Rio de fios –

O que você traz nesse fio negro?  
 Quem está por traz desse fio branco?  
 O que está por baixo desse encaracolado?  
 O que você esconde nesse alisado? [...]

As pesquisadas fizeram relatos livres sobre seus cabelos e sua relação com estes, onde algumas falas foram gravadas e transcritas, sendo que as participantes

foram identificadas por nomes africanos fictícios que foram escolhidos pelos seus significados.

✓ **Relatos livres após a apresentação do vídeo**

- (5) *Abeo (seu nascimento traz felicidade): “Meu próprio irmão fica me chamando de Cabelo Duro, Bombril e, muitas vezes, geralmente eu conto pra minha mãe. Porque minha mãe também tem o cabelo igual ao meu, aí eu penso que ela vai dar um jeito, mas não, tem vez até que ela nem liga pra isso. E aqui na escola eu também já fui chamada das mesmas coisas, e de Toquinho e Bob Marley. E com isso eu não me importo mais, porque pra mim a pessoa querer o cabelo igual ao meu, mas não pode (...) Eu comecei a alisar meu cabelo com 5 anos, parei com 9 e depois disso eu alisei mais uma vez e estragou todo meu cabelo. Aí esse ano eu parei totalmente de alisar meu cabelo e ele já cresceu muito, bastante. Porque minha mãe falou que eu cortei meu cabelo Joãozinho, bem curtinho e já cresceu bastante. Me sinto muito feliz com meu cabelo, me sinto diferente porque só tem mais uma pessoa na escola à tarde com o cabelo igual ao meu e eu acho isso legal.”*
- (6) *Abeje (nós pedimos para tê-la aqui): “Eu gosto do meu cabelo assim, do jeito que ele é. Às vezes é complicado para deixar ele cacheado porque ele fica muito enrolado e às vezes as pessoas falam mal. Mas eu defendo o meu cabelo assim como ele é porque eu gosto do meu cabelo assim. E tipo, eu não acho que às pessoas deveriam interferir no meu gosto porque eu gosto de mim como eu sou.”*
- (7) *Baina (cintilante): “Essa parte de aceitação, a minha mãe não gostava do meu cabelo porque ele tinha muito volume. Aí ela começou a passar química, meu cabelo ficou lisinho, aí esse ano que eu briguei com ela, bati de frente: Quero meu cabelo cacheado! Aí sim que ela parou de passar química. Comecei a tratar do cabelo, hidratando ele, cuidando direitinho. Aí ele voltou a ser cacheado, mas a metade dele ainda tem um pouquinho de química, mas ano que vem ele vai estar do jeitinho que eu quero.”*
- (8) *Dada (criança com cabelo ondulado): “Eu amo muito meu cabelo, mas eu já ouvi muito: Alisa o cabelo, tira os cachos! Mas não! Sempre gostei dos meus cabelos, desde pequena, ficava na frente do espelho e dizia meu cabelo é lindo, não é mãe? Sempre gostei do meu cabelo cacheado e as pessoas tem que se aceitarem do jeito que elas são e não ligar para que os outros dizem.”*
- (9) *Dafina (valios/preciosa): “Já usei cabelo black, mas as pessoas tratam a gente diferente, principalmente a própria família. Fala que fica muito feio, o monte de coisa, aí eu vou pela cabeça dos outros. Eu acho legal, gosto muito de cabelo cacheado, mas sou mais aceita de cabelo alisado, de cabelo black tinha muito preconceito.”*

Ao analisarmos as falas acima, podemos notar que, mesmo naquelas que a própria pesquisada gosta de seus cabelos, elas possuem em comum uma desaprovação em relação a estes, seja pela própria família, seja pela sociedade.

Esses tipos capilares estão sempre condenados a se adequar a um padrão que altera a sua estrutura para se encaixar no que é considerado positivo, bonito, qual seja, o cabelo mais liso, domado, menos volumoso.

Conforme dito por André (2008), a ideologia do branqueamento é um acontecimento que levou o negro a uma negação de suas raízes africanas, para se moldar aos comportamentos e atitudes “de branco”. Pressupondo com isso uma mobilidade social, inclusive referente ao aspecto estético, já que o branco era considerado superior.

E ainda quando Domingues (2004, p. 288) diz que “o alisamento significaria a felicidade do negro, a realização de seu sonho mais profundo”, pode-se inferir que acreditava-se que tal fato o ascenderia a um outro patamar, pois o promoveria ao padrão de beleza ideal. E tal circunstância, embora cronologicamente distante de nossos dias, parece se refletir nas situações de desaprovação que até hoje se apresentam em nossa sociedade.

A estudiosa Hooks (2014) também aborda como a ideia do alisamento mostrou-se como uma condição encontrada pelas mulheres negras estadunidenses para imitar a aparência dos brancos e ser melhor aceita, inclusive no mercado de trabalho. Assim, ela aponta que o alisamento pode ser visto como “significante da opressão e da exploração da ditadura branca.” Tal raciocínio nos propõe uma excelente oportunidade de refletirmos a importância de considerarmos o uso dos cabelos naturais como um direito humano a ser conquistado.

#### ✓ **Ações da escola**

Quando questionadas sobre: que ações a escola poderia promover para reverter situações de discriminações raciais – as pesquisadas foram incisivas em dizer: que a efetivação da Lei 10639/2003 seria o caminho certo para promover mudanças comportamentais a respeito das questões étnico-raciais, além, de projetos que divulguem a diversidade social, racial, sexual, para estreitar relações e dissipar preconceitos.

Considerando que as alunas apontaram a Lei 10.639/03 como um dos caminhos para promoção de mudanças na escola, é mister tratarmos aqui também do proposto pelo Currículo em Movimento em seus eixos transversais: i) a abordagem de uma Educação para a Diversidade e ii) Cidadania e Direitos Humanos.



O respeito à diversidade é a oportunidade de estimular a convivência e aceitação do diferente. Bem como uma possibilidade de enriquecimento cultural, do exercício da solidariedade, justiça e cidadania.

É ainda, a possibilidade de compreender a multiplicidade dos sujeitos da sociedade, acatando suas peculiaridades de gênero, raça/etnia, personalidade, classe social, de modo a não reproduzir ou estimular preconceitos e discriminações no meio social, mas ao contrário, repudiar toda e qualquer forma de discriminação.

Também o respeito aos direitos humanos, que é a efetivação da cidadania, dever de todos e todas é uma proposta política de defesa e inclusão de grupos, normalmente marginalizados, a exemplo dos negros. E que, portanto, deve ser estimulado por meio do fortalecimento de práticas individuais e coletivas.

O terceiro encontro iniciou com a apresentação de um vídeo com imagens de mulheres usando cabelos em estilo “*black power*” para mostrar a beleza e as diversas possibilidades que este permite.

Após, foram relacionadas, pelas pesquisadas, expressões pejorativas que habitualmente são dispensadas aos cabelos crespos. Veja quadro abaixo:

#### **4.3 Levantamento de expressões relacionados ao cabelo**

Solicitação para que as participantes indicassem as expressões pejorativas, que de alguma forma, já haviam tido contato, relacionadas aos cabelos crespos.

<b>Expressões pejorativas usadas em relação aos cabelos crespos</b>	
Cabelo ruim	Cabelo de miojo
Pixaim	Cabelo de leãozinho
Cabelo duro	Superchoque
Bucha	Cabelo de sovaco
Bombril	Repolho
Assolan	Cogumento

Por último, fora apresentado o Projeto da professora Adelina Benedita Alves Santiago chamado ‘Rainhas Coroadas’, que trata da confecção de turbantes feitos de malhas coloridas, objetivando a valorização da mulher, além de uma possibilidade de compor a renda familiar.

As meninas foram ensinadas a confeccionar os turbantes e foram, na sequência, coroadas com os respectivos trabalhos que fizeram, se mostrando bastante satisfeitas com o trabalho.

Encerramos o encontro com a sessão de fotos e nos colocamos a disposição da escola para contribuirmos com o trabalho das questões em direitos humanos e diversidade, sempre que necessitarem.

Foi possível depreender das falas das pesquisadas do CEM que, mesmo quando elas optam por deixar de “domar” os cabelos, a desaprovação começa na própria família. Deste fenômeno, a professora disse entender como uma forma de os familiares tentarem protegê-las, na busca de não expô-las ao tratamento preconceituoso, dispensado a quem não alisa os cabelos.

Essa forma de proteção também tem sido observada ao longo da história, quando se constata a estimulação dos filhos(as) negros(as) se casarem com brancas(os):

A saída apontada pelas famílias negras, geralmente, era bem-intencionada; imaginavam que os filhos e os netos dos casamentos com pessoa mais clara levariam uma vida com menos dor, sofrimento e com mais chances de vencer na vida (DOMINGUES, 2004, p. 295).

Cabe lembrar que o Currículo em Movimento, documento legal que respalda o trabalho escolar, prevê que sejam feitas intervenções pedagógicas para que as alunas e os alunos aprendam a conhecer, reconhecer e conviver com as diferenças e a cultura de outros grupos, sem hierarquizá-los e discriminá-los. E que a ausência de tais atividades podem ser danosas se compreendidas como leniência e convivência com posturas contrárias.

#### **4.4 Avaliação**

As avaliações são opiniões das pesquisadas do CEF.

- a) “Achei interessante, divertido, uma coisa diferente educativa que ensina novos modos e formas. Gostei muito da professora, o jeito dela, cativante e carinhosa. Achei que deveria ter mais vezes, porque é uma coisa diferente e que não é sempre que se ver pelo menos nunca tinha visto nem passado por coisas assim em escolas pois achei muito legal obrigada. Grata.”

- b) “Gostei dos três encontros porque podíamos expor nossas opiniões sobre a mulher negra. Foi bom também porque são poucos dias do ano que falamos sobre a cor de nossas peles. Os encontros foram maravilhosos e agradeço por poder ter participado.”
- c) “Eu achei muito legal todos os encontros porque, nunca tem isso assim de falar dos negros de cabelo crespo isso ajuda as pessoas que são assim não se sentirem inferiores. É também acho que isso deveria partir da escola, a escola nem liga para isso não se importa se os alunos sobre *bullying* ou não tanto na rua quanto dentro da escola mesmo é acho que elas deviam se importar mais, é as pessoas que sofrem racismo acho que deveria não se importa com o que os outros falam porque cada um tem o seu jeito de ser de agir...”
- d) “Pude aprender que nessa nossa vida temos que aprender a nos aceitar, ainda existe racismo? Existe sim, com certeza, mais precisamos lutar com essas coisas ruins que existe em nosso meio. Obrigada.”
- e) “Eu achei muito legal, divertido, aprendi muitas coisas, aprendi que devemos ser quem nós somos, não devemos ter medo de mostrar quem verdadeiramente somos. Eu sugiro que venha mais vezes para fazer mais palestras.”
- f) “Na minha opinião, este encontro é bem importante para mostrar que o negro é importante não só um dia mas em todos. Em terra de chapinha que tem cacho e Rainha.”
- g) “As oficinas das mulheres coroadas, foi um trabalho proveitoso, porque é um trabalho de valorização feminina. Com esse trabalho a mulher aprende que a beleza exterior pode ser explorada com esses adereços e assim eleva a autoestima da mulher brasileira. Gostei do projeto que além de aprender passo para outras pessoas, fazendo com que as mulheres com baixa estima se sintam cada dia mulheres elegante e rainhas coroadas.”

As avaliações foram importantes para mostrar que a pesquisa teve boa repercussão entre as meninas e também por nos informar que devemos permanecer investindo nestes trabalhos, pois através deles temos a possibilidade de nos aproximarmos do alunado, construindo caminhos que nos levem às mudanças que desejamos como educadores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como proposta analisar os impactos acarretados pela Ideologia do Branqueamento em nossa sociedade e que se transforma em estereótipos negativos, preconceitos e discriminações que desembocam de variadas formas, Aqui tentamos perceber os danos acarretados por essa ideologia especialmente na estética negra feminina e sua interferência da formação da identidade das adolescentes estudantes. Dentro do espectro da estética, o trabalho focou na questão do cabelo, visto que parece ser este um dos elementos mais avaliados na mulher negra, se não for o mais julgado em relação à sua aparência.

Percebemos, através da pesquisa – que foi elaborada mediante leituras, observações e relatos - que a relação das mulheres negras com seus cabelos é, ainda hoje, bastante delicada. Nela localizam-se conflitos de ordem pessoal, familiar e aqueles do modo como se é visto socialmente, pelo outro.

Notamos ainda que as temáticas raciais – e também aquelas relacionadas a gênero - embora apareçam mencionadas formalmente nos projetos políticos pedagógicos das escolas pesquisadas, ainda são trabalhados de maneira bastante incipiente. É importante dizer que ainda há muito a ser feito em relação à proposta pedagógica da Lei 10.639/03 e aos eixos transversais presentes no Currículo em Movimento da SEEDF. Entretanto, as escolas e/ou profissionais que aplicam os conteúdos previstos na Lei ou buscam discutir os eixos do Currículo alcançam êxito em seus coletivos, visto que tais ações pedagógicas geram posturas diferenciadas nas alunas que têm o privilégio de participar de tais trabalhos. Embora este fato não deva nos conduzir a um conformismo, ao contrário, devemos estimular todos os dias a efetiva aplicabilidade destes documentos, para que possamos vislumbrar em futuro uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, desde que esta construção comece já.

Outra questão relevante é que a postura comprometida das professoras das duas escolas pesquisadas tem uma enorme importância para suas alunas. Ressalto ainda que a dedicação da professora da escola de Ensino Médio, junto às meninas, incentivando que elas usem seus cabelos naturais, além de impressionar, visivelmente as fortalece.

Desejo que esta pesquisa possa contribuir para que, através das reflexões realizadas, as estudantes envolvidas tenham despertado o interesse em conhecer

mais sobre a história da África e Afro-brasileira. E também continuem o debate sobre temas que afastem preconceitos e discriminações. Para tanto, na condição de coordenadora intermediária em Diversidade e Direitos Humanos da SEEDF, me dispus a acompanhar *in loco* a escola, cooperando com projetos que promovam mudanças em relação à educação das relações étnico-raciais.

É relevante admoestar que, para trabalhos futuros, a metodologia proposta seja mais ampla, podendo ser escolhida entre as formas que mais possam se adequar à proposta da pesquisa e do resultado que se quer comprovar. Pois entendo que, da forma em que este trabalho teve que ser conduzido, por meio de pesquisa interventiva, as pessoas que não estavam em uma instituição de forma cotidiana, provavelmente tiveram mais dificuldade em realizar o trabalho.

Penso que, se pudesse ter escolhido cada uma das pesquisadas, a obtenção do resultado teria coadunado melhor com a pretensão de mostrar a contundência da ideologia racista sobre a estética da mulher negra.

Podemos, mesmo com um olhar menos rebuscado, perceber o burburinho que os cabelos crespos *in natura* causam até hoje na sociedade. Nem a globalização e a facilidade de comunicação *on line* com pessoas em qualquer lugar do mundo, os avanços sociais ou tecnológicos, foram suficientes para aplacar tal poder (é mesmo *power* esse cabelo). Ao contrário, os holofotes, câmeras, jornais e outros parecem sempre apontá-lo a exemplo do que pudemos ver recentemente através mídia televisiva e impressa contra uma jovem modelo no DF, ao seguir em ônibus, onde disseram que ela estava a usar turbante como alternativa para encobrir os cabelos ruins. Ofensa que fora posteriormente ratificada em uma página da rede social facebook conforme visto em Portal de notícias R7 de 07/10/2015. E no mesmo dia 07/10/2015 o site Geledés publicou com o título: Mãe diz que filha sofreu racismo em escola do Rio: “Cabelo de pobre”. Onde aparece o relato de uma mãe que usou o facebook para desabafar segundo termo usado por ela mesma, sobre caso de racismo que a filha de 6 anos de idade sofreu em escola da zona sul do Rio de Janeiro e que segundo o artigo deixa evidente que a escola foi omissa para resolver o caso. E sabemos que seria um excelente momento para de uma situação concreta, partirmos para uma ação. A de, por exemplo, cumprir a determinação da Lei 10.639/2003, já bastante atrasada neste caso. A mãe da menina verbaliza que seria essa a sua intenção, fazer valer a lei.

Podemos, mesmo com um olhar menos rebuscado, perceber o burburinho que os cabelos crespos *in natura* causam até hoje na sociedade. Nem a globalização e a facilidade de comunicação *on line* com pessoas em qualquer lugar do mundo, os avanços sociais ou tecnológicos, foram suficientes para aplacar tal poder (é mesmo *power* esse cabelo). Ao contrário, os holofotes, câmeras, jornais e outros parecem sempre apontá-lo a exemplo do que pudemos ver recentemente através mídia televisiva e impressa contra uma jovem modelo no DF, ao seguir em ônibus, onde disseram que ela estava a usar turbante como alternativa para encobrir os cabelos ruins. Ofensa que fora posteriormente ratificada em uma página da rede social *facebook* conforme visto em Portal de notícias R7 de 07/10/2015. E no mesmo dia 07/10/2015 o site Geledés publicou com o título: Mãe diz que filha sofreu racismo em escola do Rio: “Cabelo de pobre”. Onde aparece o relato de uma mãe que usou o *facebook* para desabafar segundo termo usado por ela mesma, sobre caso de racismo que a filha de 6 anos de idade sofreu em escola da zona sul do Rio de Janeiro e que segundo o artigo deixa evidente que a escola foi omissa para resolver o caso. E sabemos que seria um excelente momento para de uma situação concreta, partirmos para uma ação. A de, por exemplo, cumprir a determinação da Lei 10.639/2003, já bastante atrasada neste caso. A mãe da menina verbaliza que seria essa a sua intenção, fazer valer a lei.

Ratifico que, embora saiba que para muitas pessoas, uma pesquisa que se debruce sobre os cabelos crespos possa parecer uma banalidade, é fácil perceber, através dos inúmeros documentários e artigos que surgem sobre esse assunto, que tal textura capilar suscita preconceitos e discriminações constantes. O que nos leva a crer que esse assunto não se esgotará facilmente e não deve ser ignorado. Vale enfatizar que as manifestações contra o uso dos cabelos crespos naturais é racismo e contra este mal, dentro das escolas, a munição adequada é a aplicabilidade das leis de uma forma reflexiva, didática, que leve em consideração as questões subjetivas que envolvem esta questão.

Por fim, espero que, através de um debate constante, outras possibilidades estéticas possam se firmar. Que identidades possam florescer, que negritudes se firmem e reafirmem, na verdadeira certeza de que não é um drama ser negro e que possuir cabelos crespos não é um problema. Não é uma fatalidade capilar, como tentaram e tentam nos fazer crer até hoje. A crespice é marca de ancestralidade e

raiz. Salve nossos cabelos crespos. E que sejam eles uma bandeira que nos conduza a uma verdadeira e completa alforria. Axé!

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANDRÉ, M. C. **O ser negro**: a construção de subjetividade em afro-brasileiros. Brasília: [s.n.], 2008.

ARAÚJO, J. Z. **O negro na TV pública**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

BENTO, M. A. **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações sociais. São Paulo: Ática, 2006.

BRANDÃO, A. P. **Saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Modos de ver, v. 1, 2006.

DOMINGUES, P. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

EDUCAÇÃO anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015. (Coleção Educação para Todos).

GABRE, S. **Contribuições da pesquisa intervenção na construção de um projeto educativo no Museu de Arte**. IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul: Anais do IX ANPED SUL. 2012. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao\\_e\\_Arte/Trabalho/07\\_13\\_11\\_2083-7408-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_e_Arte/Trabalho/07_13_11_2083-7408-1-PB.pdf). Acesso em: 25 set. 2015.

GOMES, N. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, São Paulo, 29, n. 1, jan./jun. 2003. 167-182. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015.

HOOKS, B. Alisando o nosso cabelo. **Geledés**, 2014. Disponível em: [http://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/#gs.0W\\_jiwE](http://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/#gs.0W_jiwE). Acesso em: 15 set. 2015.

LUCINDA, E. **Parem de falar mal da rotina**. São Paulo: Lua de Papel, 2010.

MUNANGA (ORG.), K. **Superando o racismo na escola**. 3. ed. Brasília: [s.n.], 2001.

NEVES, L. J. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem 1996. Disponível em: [http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/pesquisa\\_qualitativa\\_caracteristicas\\_usos\\_e\\_possibilidades.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf). Acesso em: 28 set. 2015.



ROCHA, R. M. C. **Educação das relações étnico-raciais**: pensando referenciais para a organização prática pedagógica. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

SEEDF. **Currículo em movimento**: pressupostos teóricos. Brasília: Secretaria de Educação do Distrito Federal, 2013.

SOBRAL, C. **Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz**. Brasília: Teixeira Gráfica Editora, 2014.

SOUSA, M. A. **Brasil afro-brasileiro**: cultura, história e memória. 3. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2010.

## ANEXOS

Relatos de duas professoras da Secretaria de Ensino do Distrito federal são emblemáticos para ilustrar tais fatos conforme transcritos abaixo:

Em busca da minha identidade perdida: carta à Cristiane Sobral em 28 de outubro de 2014

“Nascer negra em um país racista não é fácil. Para você entender o porquê, tenho que lhe contar um pouco da minha história. Sou a segunda filha de uma família de 8. Dois morreram, a mais velha morreu bebezinha e um dos gêmeos com o meu irmão, que é dois anos mais novo que eu, morreu ao nascer.

Minha mãe veio de Minas Gerais. Era negra, filha de agricultores, estudou só até a 4ª série do ensino fundamental. A infância dela não foi fácil. Quando pequenos ela e seus irmãos, eram seis ao todo, tiveram que ser distribuídos pelas casas de parentes e conhecidos porque a vó Manoela, mãe da minha mãe, sofreu uma tentativa de assassinato por parte do meu avó Jovino.

Minha mãe ficou na casa de um tio, trabalhando para garantir o teto e a comida. Sofreu muito, trabalhou a vida inteira como empregada doméstica e disse a si mesma que não teria os filhos na roça para não vê-los sofrendo.

Veio para Brasília na década de 60 e aqui conheceu meu pai, branco, cearense de Sobral, filho de fazendeiros. Ele chegou à Brasília para buscar melhores alternativas de vida. Trouxe um bom volume de dinheiro, mas não demorou muito para ser enganado. Não sabia ler e escrever. Ficou com uma mão na frente e outra atrás e digno que era, se recusou a voltar para Sobral em busca da ajuda do pai, tinha vergonha. Foi acolhido por minha mãe. Essas duas histórias improváveis se juntaram e eles constituíram família.

Nossa vida, no início da Ceilândia não era fácil. Meu pai era vendedor ambulante. Subia em uma bicicleta cargueira e vendia bolachões pela cidade. Minha mãe trabalhou, durante muito tempo, como empregada doméstica, mas quando os filhos foram chegando ela, sabiamente, decidiu cuidar de nós.

O problema é que para viver apenas com a renda do meu pai tínhamos que fazer grandes sacrifícios. Assim, a minha infância foi muito marcada pela pobreza. Pela pobreza e pelo preconceito racial.

Eu nasci a mais negra de todos. Meus irmãos sofriam preconceito e naturalmente reproduziam o que sofriam em casa. Na escola era uma constante.

Negra fedida, urso do cabelo duro, coisa feia, assombração, marmota, cabelo de Bombril, nega do cabelo duro, foram as palavras mais amenas que ouvi ao longo de toda a minha vida.

Eram tantas as agressões que eu fui me tornando uma criança silenciosa, mofina, triste, na esperança de que se me tornasse invisível e, sem ser percebida, não fosse agredida. Não adiantava.

São tantos episódios que eu não teria como listá-los. Mas dois, em especial, ficaram guardados em minha memória. Recordo-me que quando tinha 13 anos, olhei para um menino, só olhei, porque afinal ele era lindo e todas as meninas da escola o olhavam. Isso bastou para que ele e dois colegas de sala empreendessem uma caça implacável contra mim. Ao final da aula eles começaram a me perseguir no intuito de me bater. Fiquei me perguntando se eu era alguém tão desprezível ao ponto de, o simples fato de olhar para ele, fazer com que ele se sentisse humilhado, diminuído, ultrajado. É como se o asco, o desprezo que ele sentisse por mim por ser negra e pobre fosse tão grande que ele se sentisse ofendido com qualquer manifestação de interesse da minha parte. Sobrevivi ao ataque daqueles três garotos por milagre. Invadi uma casa que não tinha muro e ali fiquei até que eles fossem embora.

Depois, já mais velha, aos 16 anos estudando na Escola Normal de Ceilândia para realizar o sonho de ser professora, ao sairmos em grupo e passarmos diante de uma loja de uniformes, uma colega de sala apontou um uniforme de empregada doméstica e disse-me: “Gina, tá ali a roupa que te cai melhor, o seu uniforme de trabalho”.

Ela nem imaginava o quanto eu sonhava em ser professora e os sacrifícios que tinha que fazer para estar ali naquela escola. Enfrentava uma caminhada de mais de um quilômetro e meio porque não tinha dinheiro para pagar as passagens. Dormia na casa de uma amiga para estudar nos livros dela porque não tinha os meus. Estudávamos em período integral e às vezes tínhamos que levar a comida de casa. Eu comia a minha marmitta escondida, nos fundos da escola, para que não vissem que só tinha arroz e batata.

O fato é que a minha vida e a minha infância foram muito marcadas pelo racismo. Não desisti da escola porque sinto que Deus me carregava e sarava todas as minhas dores. Sigo em constante processo de reinvenção da minha existência e de ressignificação da minha vida.

Tive acesso aos seus textos pelo Facebook. Vi o título do livro “Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz” e aquilo me chamou a atenção. Foi quando eu li os seus três livros em dois tempos e tive a convicção de que deveria levar você para a nossa escola.

O que quero lhe dizer Cristiane é que eu fui a primeira a ser impactada por sua escrita. Alguns dos seus poemas eu li chorando e pensando em minha vida. Na menina triste que fui, na adolescente que nunca namorou porque se achava indigna, na criança calada que se escondia para não ser agredida gratuitamente.

Os seus poemas me ajudaram a entender que eu tinha o direito de sentir raiva por sofrer todas aquelas agressões, porque nem sequer reclamar ou falar sobre o que acontecia eu podia. Se reclamasse era tachada de fraca, e as agressões só aumentavam.

Aos 8 anos de idade tive uma professora negra que me amou de uma forma que eu nunca imaginei que pudesse ser amada. Apesar das minhas roupas puídas e do meu cabelo crespo com cheiro de sabão de lavar roupa, ela me colocou no colo e me cobriu de afeto. É este afeto que me foi dado que me levou a associar a escola a algo bom e não só ao sofrimento que ela me causava. Foi o amor daquela professora que me deu um sonho ao qual me agarrar.

Tive uma mãe amorosa que dentro de seus limites e possibilidades me ensinou a não me colocar como vítima, a enfrentar os desafios que a vida me apresentasse. O lema da minha mãe era: “você deve ir exatamente para onde dizem que você não cabe.”

O fato é que a vida inteira eu venho tentando refazer-me, reconstruir-me. E como parte desse processo de reconstrução, veio-me, no final do ano passado um desejo de me desvencilhar do cabelo alisado. Tudo começou quando o meu filho de 3 anos encontrou uma foto antiga minha, em que apareço com os cabelos crespos e ele ficou muito irritado dizendo que não queria ver a mamãe daquele jeito.

Fiquei profundamente entristecida e me perguntando: “Como eu poderei ensinar ao meu filho a ter orgulho da identidade dele, dos cabelos crespos, do nariz achatado, da sua negritude se ele vê a mãe de cabelo alisado?”

Desde então vim me perguntando como lidar com isso. E comecei a me perguntar porque eu alisava o cabelo. Nesse processo me remeti à minha infância quando minha mãe não tinha muitos recursos e as estratégias que ela utilizava para cuidar da cabeleira crespa de 4 meninas era, ou usar o pente quente ou fazer tranças.

Com o passar do tempo, nós mesmas tínhamos que cuidar dos nossos cabelos. Mas mal havia dinheiro para comprar shampo, imagine os cosméticos mais caros. Assim, eu usei o meu cabelo ao natural durante muito tempo. Mas, imagine, há 20, 30 anos atrás, infelizmente, não havia essa maravilhosa celebração que eu tenho visto surgir em defesa do cabelo black.

As pessoas se incomodavam. O que eu ouvia era: “Ah, Gina você é até bonitinha, mas pelo amor de Deus, dê um jeito neste cabelo.” Outros me diziam: “Usando este cabelo você nunca vai se casar, homem nenhum vai achar isso bonito.” Recordo-me de uma grande amiga que, quando eu tinha 15 anos de idade, ficou tão incomodada com o meu cabelo que me levou a um salão de beleza próximo à casa dela para fazer uma escova. Eu sempre tive muito, muito cabelo, então a pessoa começou a escovar o cabelo e quando estava na metade das madeixas, banhada em suor pelo esforço que fazia, disse simplesmente: “Eu desisto, menina, seu cabelo não tem condições, não dou conta, eu vou parar por aqui”. E eu saí do salão com a metade do cabelo escovada e a outra metade do cabelo molhada.

Sempre achei “artificial” o cabelo alisado. Sempre tive consciência da minha negritude e apesar do preconceito terrível que sofria, nunca desejei ser branca. Mas não havia possibilidade, era um cerceamento constante. Eu aderi ao alisamento porque, naquela época, não havia outra forma de lidar com o cabelo crespo. Nem se cogitava assumi-lo em sua naturalidade. As que o faziam era por força das circunstâncias, por não terem dinheiro para bancar um tratamento. Na época não havia esse arsenal todo de escova progressiva, japonesa, inteligente, cauterização, selagem. O que havia era o Henê, o pente quente e um tal de Wellim que fedia horrores.

Passei por todo tipo de tratamento. Até encontrar uma pessoa especialista em “domar” cabelos crespos. E foi assim que há 16 anos assumi um cabelo liso, escovado toda semana, mantido à base de um produto para “amaciamento”, um tal de Maxi Ondas, muita hidratação e escovas semanais obrigatórias.

Mas como disse, sempre me olhando no espelho com este desconforto de ostentar um cabelo artificial. E é curioso como as pessoas, ao mesmo tempo em que exigem que você “dome” o cabelo crespo, elas fazem troça quando você o alisa: ‘Olha lá a neguinha de cabelo esticado.’

Para piorar a situação, quando eu tinha 21 anos fui vítima de um acidente de trânsito que me deixou com uma enorme cicatriz na têmpora direita e no couro

cabeludo. Estava em uma parada de ônibus para fazer a travessia da rua, quando um caminhão em alta velocidade, que vinha na contramão, se jogou na direção das pessoas que estavam no ponto, para não colidir de frente com um ônibus. No mesmo acidente morreu um cobrador de ônibus esmagado e um fiscal da extinta TCB teve metade da perna amputada.

Desde então vivi tentando esconder essa bendita cicatriz. Antes eu até podia usar os cabelos amarrados para trás. Depois do acidente, o cabelo alisado foi um recurso a mais para esconder tanto a cicatriz no couro cabeludo, fruto dos 28 pontos que levei para fazer a cirurgia de correção do traumatismo, quanto o afundamento de crânio que ficou.

Apesar de tudo isso, quando vi o meu filho incomodado com a foto em que estou ao natural, com meus cabelos crespos, fui tomada por uma grande tristeza e uma grande vontade de mudar. Quando mencionava para amigos e familiares que estava pensando em mudar, meu Deus, as reações eram terríveis. “Ih, não vai ficar legal”, “Ah, não cabelo crespo dá trabalho demais.” “Acho que você não vai acostumar mais, não.”

E foi assim, que em janeiro de 2014 me vi com uma queda de cabelo que foi derrubando cada vez mais fios. O meu cabelo que sempre foi vasto, volumoso, mesmo quando estava alisado, foi ficando ralo, escasso, sem viço. Entendi que o meu desejo de mudar era tão forte que se materializou e fui perdendo os cabelos como quem busca uma nova identidade.

Assim, em maio de 2014, quando faria o fatídico “retoque da raiz” decidi não fazê-lo. Conversei com a pessoa que cuida do meu cabelo há 16 anos e expliquei que antes de seguir com os procedimentos estéticos de “amacramento” do cabelo eu teria que consultar uma dermatologista para investigar a queda dos fios. Ela confirmou que, de fato, há alguns meses os meus cabelos estavam caindo aos tufos. E me orientou a cortar para ver se isso reduziria a queda. Decidi que não compartilharia com todas as pessoas esse meu desejo, porque tinha medo de que essas pessoas tentassem me demover daquela decisão, quer era resultado de um processo tão importante de transformação pelo qual eu havia passado.

Em agosto entrei em contato com você e comecei a ler os seus livros. E nunca mais fui a mesma. Fui sequestrada pela sua poesia. Fui arrebatada pela sua poética. Pude nomear e elaborar sentimentos que andavam guardados no sótão da alma. Chorei, me emocionei, me indignei, refleti, me reiventeei.

Suas palavras, sua sintaxe, sua semântica, sua estilística trouxeram a convicção que eu buscava para assumir, sem medo de críticas e de represálias, a minha identidade. Ler seus poemas foi um bálsamo. Senti-me como a garota no conto cabelo Pixaim, me percebi como a negra fujona em “Retina Negra” que deseja empinar o seu black sem problema. Senti orgulho da minha ancestralidade. Lendo “Faveiros” aumentei a minha criticidade sobre o estado de coisas que está posto em nosso país que vive uma falsa democracia racial.

E me apercebi da grande responsabilidade que tenho como educadora. Comecei a projetar um olhar diferente para os meus alunos e minhas alunas e constatar como a maioria esmagadora das meninas busca aderir a esta estética única da qual você fala, reiteradas vezes, em sua obra. Meninas negras lindas, que assim como eu, se transformam em uma caricatura de si mesmas ao assumirem um cabelo que não tem a ver com sua negritude. Fiquei me perguntando: “Como ensinar minhas alunas negras a se orgulharem de seus cabelos crespos, se eu aliso o meu cabelo?” Sei que sou uma referência para elas e sei que, se as palavras convencem, o exemplo arrasta. E que exemplo eu estaria dando ostentando um cabelo alisado?

Tive vontade de fazer como a personagem de “Cauterização”, que saca a tesoura da bolsa e corta os cabelos, em meio à chuva que desmonta a fantasia de “branca” que ela criou para si mesma. E é assim que me vi no processo de transição. Há seis meses não aliso o meu cabelo”.

Acima a carta relato enviada pela professora Gina Vieira Ponte `Cristiane Sobral e abaixo o que foi escrito para a pesquisadora deste trabalho.

Simone,

Este é o trecho da carta que enviei para a Cristiane Sobral, na qual relato um pouco o processo que me levou a assumir os meus cabelos crespos.

Depois dessa carta, já se passou quase um ano e eu pude fazer o meu Big Chop. No dia 02 de abril deste ano, cortei tudo o que restava de cabelo alisado e fiquei com o cabelo crespo curtíssimo.

Estava fortalecida e pude lidar com as reações das pessoas. Quando elas me viam, elas nunca falavam algo como: “você está bonita”. Sempre diziam: “Nossa! Como você está diferente!”

O que eu mais temia era a reação dos meus alunos e das minhas alunas. No ano passado, quando eu passei pelo processo de tomada de consciência da

necessidade de mudança, eu transformei a minha experiência em ferramenta pedagógica de discussão do tema com os meus alunos.

Por ocasião da entrega de um dos prêmios que eu recebi pelo Projeto Mulheres Inspiradoras, tive que fazer uma viagem à São Paulo. A esta altura o meu cabelo estava no “entre lugar”. Uma raiz crespa enorme, as pontas alisadas, mas ainda sem condições de fazer o Big chop, porque ainda estava muito curtinho. Isso foi no mês de novembro. Decidi colocar um aplique de cabelo cacheado para ter condições de fazer essa viagem.

À medida que a minha aparência mudava, eu conversava com os meus alunos sobre o que estava acontecendo. Como eles estavam inseridos na temática, por força do trabalho com as obras da Cristiane Sobral, foi fácil conversar sobre o quanto a minha escolha de não alisar mais os cabelos não era apenas uma escolha estética, mas também ideológica, política e pedagógica.

Duas alunas minhas, no ano passado, me acompanharam no processo. Uma delas inclusive foi bem radical. Ela usava o cabelo alisado, com um corte modelo “Chanel”. Um belo dia, depois de já estarmos inseridos nessas discussões, ela surgiu com a cabeça quase raspada. Ela própria, em casa mesmo, sozinha, na frente do espelho, fez o Big Chop e disse-me que o havia feito porque aquele cabelo alisado não a representava mais.

Embora o meu processo de transformação tivesse se iniciado em 2014, eu só o levei a termo, em 2015, como eu disse, no dia 02 de abril. Dessa forma, os alunos com quem eu vivenciei o processo foram para outra escola e eu passei a trabalhar com outros alunos, que não tinham tido a oportunidade de ler a obra da Cristiane Sobral e não participaram das discussões que eu havia proposto no ano anterior.

Apesar disso, quando, depois de três meses me vendo usando um longo aplique cacheado, os alunos me viram com o Big Chop eles foram super receptivos. Na primeira turma em que eu entrei, um aluno me disse: “Nossa, professora, como você está linda! Se você tivesse a minha idade, eu te daria ‘uns pegás’”.

Acho que a reação positiva deles teve muito a ver, tanto com as boas relações que temos, como professor e alunos, quanto com esse movimento que vemos em curso de muitas mulheres negras assumindo os seus cabelos crespos.

Alguns me abordam e dizem: “professora, eu queria ter o cabelo igual ao seu”. Há meninos assumindo seus cachos e meninas celebrando seus Black Power. Mas, a maioria ainda é adepta do cabelo alisado, das chapinhas e outros do gênero.



Estou há quase seis meses do Big Chop e aprendendo a cada dia a lidar com o meu cabelo. Eu sequer me lembrava de qual era a textura dele. Estou na fase de testar cremes, aprender o jeito certo de cuidar.

Tem sido um processo rico de autoconhecimento. Mas, o preconceito ainda é muito forte. Outro dia entrei em uma loja de roupas no Taguatinga Shopping, que frequento desde o ano passado, na qual já fiz várias compras e que conheço bem as coleções, e, como era a primeira vez que eu entrava usando o meu Black, a reação da vendedora foi completamente diferente. Não fui reconhecida e eu mal entrei na loja e ela me abordou falando: “Eu acho que aqui você não vai encontrar o que você procura.” Senti que a atitude de descrédito em relação à minha possibilidade de comprar naquela loja de grife, estava muito ligada à minha aparência.

Sigo com a minha escolha e tendo a consciência de que o racismo, o preconceito e a discriminação vez ou outra se apresentarão. Considero assumir o meu cabelo crespo um ato de coragem, um ato de resistência e, sobretudo, um ato de resgate da minha autoestima. Amo ser quem eu sou, doa a quem doer.

Hoje, passados mais de um ano de todo esse processo, a pergunta que me faço, recorrentemente é: “por que eu não fiz isso há muito mais tempo?” Porque afinal de contas, como diz Cristiane Sobral em sua obra, “a gente só pode ser aquilo que é.”

Este relato foi uma contribuição da professora Gina Viera Ponte que vivenciou conforme ela mesma relata acima as dificuldades pelas quais passou para ostentar a sua identidade sem “maquiagem” .

E ainda conto aqui com relato da professora Cristiane Sobral e sua experiência com seus cabelos naturais e as diversas reações que ele provoca.

Minha relação com os meus cabelos, na infância foi conflituosa. Minha mãe costumava alisar os meus cabelos, como todas as mães, ou quase todas, na época, eu achava estranho, porque doía, incomodava, machucava o couro cabeludo, o pente quente, os alisantes, os bobies apertados. Mas também percebia que quando estava com o cabelo natural era motivo de chacota na rua, era chamada de feia, macaca, de menino até, porque houve um período em que usei o cabelo crespo black, curtinho.

É muito forte isso, porque agressões ao cabelo agredem todo o nosso corpo, cabelo é corpo. Por outro lado, em todas as tentativas de alisamento,

Nunca consegui sucesso, quero dizer, meu cabelo nunca foi bonito aos meus olhos, quando tentava ser algo contra a sua natureza.

Enfrentar o padrão não tem sido fácil. Hoje uso o cabelo natural, todos os dias meu cabelo gera assunto na escola onde dou aula, outro dia os alunos jogaram um pedaço enorme de bombril, atiraram em mim, foi preciso conversar muito. Há também alunos que gostam de passar a mão, acham lindo, macio, demonstram surpresa, nunca viram um cabelo assim. Eu amo o meu cabelo, cada dia mais descubro outras opções para pentear, etc, desde que comecei a tratar do meu cabelo em casa, fui muito mais feliz, nunca tive uma relação boa com os salões, mesmo os salões denominados afros. Saía de lá com a sensação de ter sido enganada, porque no fim, todos mudam a estrutura dos nossos fios, o que resseca ainda mais, ou cobram uma fortuna pra fazer um milagre, pelo menos prometem e não acredito nisso.

No dia em que parei de ouvir as vozes dos outros, fui mais feliz, não só em relação aos cabelos, mas na minha personalidade como um todo. Há dias em que penso sim, em mudar, pintar, aumentar o tamanho, mas isso é normal em toda mulher, acho que não somos escravos nem do padrão crespo nem do liso, mas a descoberta de si é algo fantástico, acredito que todos deveriam experimentar esse autoconhecimento pelo menos uma vez na vida. Estou em paz com meus cabelos, mas tive que percorrer um longo caminho até aqui, a sociedade ainda discrimina demais, cobra demais da mulher negra principalmente, em relação à aparência, e os cabelos naturais ainda são motivo de xingamentos e chacotas.

Hoje mesmo um aluno perguntou: Professora, que linda, a senhora não tem vergonha do seu cabelo né?

Eu respondi: não tenho, amo meu cabelo! Porque deveria ter vergonha de ser quem sou? Mas sei que não é tão simples, considerando o racismo e o machismo. Muitos homens e mulheres ainda acham que mulher linda é a mulher que tem um cabelo que bate nas costas. Será?

Acho que nós, negros e negras, ainda temos que percorrer um longo caminho para aprender a gostar mais de nós mesmos.